CURRICULUM VITAE

de

MARIA LUÍSA DUARTE

LISBOA

Junho 2017

Dados Pessoais*

1. Maria Luísa Duarte, de seu nome completo Maria Luísa da Conceição Duarte, nasceu em Lisboa, a 19 de Março de 1961.
2. Endereço electrónico: luisaduarte@fd.ulisboa.pt

* A redacção deste texto não segue o novo Acordo Ortográfico.

I. DESEMPENHO CIENTÍFICO

A. Formação académica

a) Graus e títulos académicos

1. Em 1979, concluiu no Liceu D. Dinis (Lisboa) o Curso Complementar Liceal com o aproveitamento final de *17 (dezassete) valores*. No ano seguinte, frequentou o, então, chamado Curso Propedêutico, e entrou na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1980, com a classificação de *18 (dezoito) valores*.
2. Em Julho de 1985, licenciou-se em Direito, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, menção de Ciências Jurídico-Políticas, com a classificação final de *16 (dezasseis) valores*.
3. Durante o ano lectivo seguinte, realizou na mesma Faculdade a parte lectiva do Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas, com as disciplinas de Direito Constitucional, Direito Administrativo e Direito Internacional Público. A média final obtida foi de *17 (dezassete) valores*.
4. Concluiu ainda no ano lectivo de 1985/1986, o 6.º curso de pós-licenciatura em Estudos Europeus, no Centro de Estudos Europeus da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.
5. Em 27 de Março de 1990, obteve o grau de mestre em Direito, com uma dissertação intitulada: "*A Liberdade de Circulação de Pessoas e a Ordem Pública no Direito Comunitário*", perante um júri formado pelos Professores Doutores António L. Sousa Franco (Presidente), Jorge Miranda (arguente), Marcelo Rebelo de Sousa (orientador), Fausto de Quadros (arguente) e José M. Sérvulo Correia, com a qual alcançou, em provas públicas, a classificação final de *18 (dezoito) valores* e foi distinguida com o *Prémio Europa 1992*, na modalidade de ensaio académico.

6. Em 1991, mediante deliberação do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, foi admitida a doutoramento em Ciências Jurídico-Políticas, tendo como orientador o Professor Doutor José M. Sérvulo Correia.
7. Por deliberação do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, obteve dispensa de serviço docente pelo período total de dois anos, nos anos lectivos de 1993/1994 e de 1994/1995.
8. Em Outubro de 1996, apresenta na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa a dissertação de doutoramento dedicada ao tema “*A Teoria dos Poderes Implícitos e a Delimitação de Competências entre a União Europeia e os Estados-membros*”, tendo sido admitida à prestação de provas públicas por deliberação do Conselho Científico, adoptada na sequência de parecer escrito favorável do Professor Orientador, Professor Doutor José M. Sérvulo Correia.
9. Em 19 de Dezembro de 1997, defendeu em provas públicas a dissertação de doutoramento perante um júri constituído pelos Professores Doutores Meira Soares (Reitor e Presidente), Jorge Miranda (arguente), Francisco Lucas Pires (arguente), André Gonçalves Pereira, Paulo de Pitta e Cunha, Diogo Freitas do Amaral, Marcelo Rebelo de Sousa, Fausto de Quadros e José M. Sérvulo Correia. A classificação atribuída foi a de *aprovada com distinção e louvor*.
10. Por deliberação do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, foi-lhe concedida licença sabática no ano de 2004/2005, com vista à preparação dos trabalhos de agregação.
11. Foi admitida, em 9 de Novembro de 2006, por decisão do Senhor Reitor da Universidade de Lisboa, a prestar provas para a obtenção do título de agregada em Direito, Grupo de Ciências Jurídico-Políticas.
12. Na sequência de provas públicas, realizadas em 1 e 2 de Outubro de 2007, obteve o título de agregada em Direito *por deliberação unânime do júri*, composto pelos professores catedráticos: Professores Doutores António

Sampaio da Nóvoa (Reitor e Presidente), José J. Gomes Canotilho, António Menezes Cordeiro, Eduardo Paz Ferreira, Miguel Teixeira de Sousa, Jorge Miranda, Marcelo Rebelo de Sousa, Fausto de Quadros e Paulo Otero.

b) Funções académicas

13. Durante o ano lectivo de 1984/1985, ainda aluna do 5.º Ano da licenciatura, foi admitida como monitora, leccionando a disciplina de Finanças Públicas I.
14. Em Março de 1986, foi contratada para as funções de assistente-estagiária do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, por concurso público ao qual se apresentou com um trabalho sobre o tema: “*A autonomia financeira das Regiões Autónomas – em Portugal e no Direito Comparado*”. Na sequência de discussão pública sobre o referido trabalho, perante um júri formado pelos Professores Doutores Jorge Miranda e Marcelo Rebelo de Sousa, foi classificada em primeiro lugar, ex-aequo com outros dois candidatos.
15. Em 1990, após a obtenção do grau de mestre, por deliberação do Conselho Científico, foi contratada como assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Grupo de Ciências Jurídico-Políticas.
16. Na sequência da obtenção do grau de doutora em Direito, em Dezembro de 1997, foi contratada como professora auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Grupo de Ciências Jurídico-Políticas.
17. Em 3 de Maio de 2002, requereu a admissão ao concurso para provimento de um lugar de professor associado do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, que foi aceite por despacho do Senhor Reitor de 31 de Julho de 2002. Apresentou um relatório com o programa, conteúdos e métodos do ensino teórico e prático da disciplina *Direito Comunitário II (Contencioso Comunitário)*.

18. Por deliberação unânime do júri, de 21 de Fevereiro de 2003, após a leitura de pareceres escritos elaborados pelos Professores Doutores José J. Gomes Canotilho e Marcelo Rebelo de Sousa, foi aprovada no referido concurso.
19. Em 15 de Maio de 2003, tomou posse como professora associada da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
20. Em 3 de Julho de 2002, requereu a sua nomeação definitiva como professora auxiliar, apresentando para este efeito o relatório da actividade pedagógica e científica desenvolvidas no período entre Dezembro de 1997 e Dezembro de 2002.
21. A sua nomeação definitiva foi aprovada por despacho reitoral de 12 de Dezembro de 2002, tendo por base os pareceres escritos favoráveis elaborados pelos Professores Doutores Jorge Miranda e Marcelo Rebelo de Sousa.
22. Em 23 de Janeiro de 2003, tomou posse como professora auxiliar de nomeação definitiva.
23. Professora associada com agregação em regime de *tenure* desde 17 de Outubro de 2007.

B. Qualidade e difusão dos resultados da actividade de investigação

a) Obra publicada

§ 1º. Livros (monografias, manuais e colectâneas de estudos)

1. *A Convenção de Brasília e o Mercado Interno de 1993*, Lisboa, AAFDL, 1990.
2. *A Liberdade de Circulação de Pessoas e a Ordem Pública no Direito Comunitário*, Coimbra Editora, 1992 (dissertação de mestrado).

3. *A Cidadania da União e a Responsabilidade dos Estados por Violação do Direito Comunitário*, Lisboa, Lex, 1994.
4. *A Teoria dos Poderes Implícitos e a Delimitação de Competências entre a União Europeia e os Estados-membros* Lisboa, Lex, 1997 (dissertação de doutoramento).
5. *Estudos de Direito da União e das Comunidades Europeias – Direito Comunitário Institucional. União Europeia e Constituição. Direito Comunitário Material*, Coimbra Editora, 2000.
6. *Direito da União Europeia e das Comunidades Europeias*, Lisboa, Lex, 2001, vol. I, tomo 1.
7. *Introdução ao Estudo do Direito. Sumários desenvolvidos*, Lisboa, AAFDL, 2003.
8. *Contencioso Comunitário. Programa, conteúdos e métodos do ensino teórico e prático*, Cascais, Principia, 2003 (relatório sobre o ensino de uma disciplina apresentado no concurso para professor associado), também publicado na *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, 2003, suplemento.
9. *Estudos de Direito da União e das Comunidades Europeias*, Coimbra Editora, 2006, vol. II.
10. *União Europeia e Direitos Fundamentais – no espaço da internormatividade*, Lisboa, AAFDL, 2006, reimpressão em 2013 (monografia apresentada como elemento curricular em provas de agregação).
11. *O direito de petição: cidadania, participação e decisão*, Coimbra Editora, 2008 (texto da lição proferida nas provas de agregação).
12. *Direito Administrativo da União Europeia*, Coimbra Editora, 2008 (relatório sobre o ensino de uma disciplina apresentado nas provas de agregação).

13. *Estudos sobre o Tratado de Lisboa*, Coimbra, Almedina, 2010.
14. *União Europeia. Estática e dinâmica da ordem jurídica eurocomunitária*, Coimbra, Almedina, 2011, vol. I.
15. *Direito Internacional Público e ordem jurídica global do século XXI*, Coimbra Editora, 2014.
16. *Direito Internacional Público e ordem jurídica global do século XXI*, Lisboa, AAFDL, 2016.
17. *Direito do Contencioso da União Europeia*, Lisboa, AAFDL, 2017.

§ 2º. Artigos publicados em revistas científicas periódicas, como autora ou co-autora

1. “A teoria do acto claro e o artigo 177.º do Tratado CEE”, in *Revista Jurídica (AAFDL)*, 1986, n.º 6, págs. 195-254.
2. “As receitas tributárias das Regiões Autónomas”, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, 1987, vol. XXVIII, págs. 99-133 (artigo republicado na obra colectiva *Estudos de Direito Regional*, organização de Jorge Miranda e Jorge Pereira da Silva, Lisboa, Lex, 1997, págs. 489-513).
3. “O referendo e a representação política”, in *Revista Jurídica (AAFDL)*, 1987, n.ºs 9-10, págs. 195-254.
4. “A discricionariedade administrativa e os conceitos jurídicos indeterminados (contributo para uma análise da extensão do princípio da legalidade)”, in *Boletim do Ministério da Justiça*, 1987, n.º 370, págs. 35-74.
5. “O Conselho da Europa e a protecção dos Direitos do Homem”, in *Documentação e Direito Comparado*, 1989, n.ºs 39-40, págs. 194-242.

6. “O estatuto do Parlamento Europeu no contencioso comunitário”, in *O Direito*, 1991, ano 123.º, págs. 115-148.
7. “Comentário aos acórdãos do Tribunal de Justiça de 27 de Setembro de 1989 e de 27 de Março de 1990 (livre circulação dos trabalhadores)”, in *Revista da Ordem dos Advogados*, 1991, ano 51, I, págs. 255-289.
8. “A harmonização das legislações nacionais no domínio da fiscalidade sobre as sociedades e a recente jurisprudência do Tribunal de Justiça sobre as directivas e a responsabilidade dos Estados-membros”, in *O Fisco*, 1992, ano 4, n.ºs 43-44, págs. 21-29.
9. “A acção de indemnização por responsabilidade extracontratual da Comunidade Económica Europeia – âmbito, natureza e condições de acesso dos particulares”, in *Revista da Ordem dos Advogados*, 1993, ano 53, I, págs. 85-111.
10. “Anotação ao Acórdão do Tribunal de Justiça de 26 de Maio de 1993 – medidas de protecção contra a nova doença dos suínos”, in *Colectânea Anotada de Jurisprudência Comunitária (os casos portugueses)*, Lisboa, Ministério da Justiça, 1995, n.º 19, págs. 191-194.
11. “O artigo 22.º da Constituição Portuguesa e a necessária concretização dos pressupostos da responsabilidade extracontratual do Legislador – ecos da jurisprudência comunitária recente”, in *Legislação*, 1996, n.º 17, págs. 5-39.
12. “O caso SEIM: uma revisitação aos limites do artigo 177.º do Tratado CE”, in *Colectânea anotada de jurisprudência comunitária (os casos portugueses)*, Lisboa, Ministério da Justiça, 1997, n.º 25, págs. 40-44.
13. “União Europeia e consulta referendária – a propósito do Acórdão n.º 531/98 do Tribunal Constitucional”, in *Direito e Justiça*, 1998, vol. XII, T. 2, págs. 59-69.

14. “A liberdade de circulação de trabalhadores na União Europeia: balanço e perspectivas”, in *Revista Desenvolvimento*, IED, 1998, n.º 9, págs. 33-46.
15. “Direito de residência dos trabalhadores comunitários e medidas de excepção – reflexão sobre o significado do estatuto do trabalhador-cidadão na União Europeia”, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, 1998, vol. 35, n.º 2, págs. 497-509.
16. “Acórdão de 19 de Março de 1997, Proc. T-73/95 – Contencioso de anulação e garantias dos administrados”, in *Colectânea Anotada de Jurisprudência Comunitária (os casos portu- gueses)*, Lisboa, Ministério da Justiça, 1998, n.º 28, págs. 307-311.
17. “O Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias como órgão de justiça internacional”, in *Temas de Integração*, 1999, 4.º vol., n.º 8, págs. 33-40.
18. “A Comissão das Comunidades Europeias e os limites aos seus poderes: quem guarda a guardiã dos Tratados?”, in *Revista O Direito*, ano 132.º (2000), n.º III-IV, págs. 471-500.
19. “União Europeia e entidades regionais: as Regiões Autónomas e o processo comunitário de decisão”, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. XLIII, n.º 1, 2002, págs. 55-70.
20. “Justice constitutionnelle, justice ordinaire, justice supranationale: à qui revient la protection des droits fondamentaux en Europe ?”, in *Annuaire Internationale de Justice Constitutionnelle*, (XX.º Table ronde internationale de 17 et 18 septembre 2004, Aix-en-Provence), XX, 2004, págs. 325-334.
21. “A Constituição Europeia e os direitos de soberania dos Estados-membros – elementos de um aparente paradoxo”, in *O Direito*, 2005, 137.º, IV-V, págs. 837-863.

22. “Constitutions nationales et Constitution Européenne” (em co-autoria com o Professor Doutor Jorge Miranda), in *Annuaire Internationale de Justice Constitutionnelle* (XXI.º Table ronde internationale de 9 et 10 septembre 2005, Aix-en-Provence), XXI, 2005, págs. 221-234.
23. “Tomemos a sério os limites de competência da União Europeia – a propósito do Acórdão do Tribunal de Justiça de 13 de Setembro de 2005”, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, 2005, vol. XLVI, n.º 1, págs. 341-370.
24. “O ramo e a árvore – a propósito do Direito da União Europeia. Notação sobre botânica jurídica”, in *Revista de Direito Público*, n.º 1, Janeiro-Junho de 2009, págs. 247-255; republicado in *Estudos em Homenagem ao Professor Martim de Albuquerque*, Coimbra Editora, II, 2010, págs. 435-442.
25. “O referendo irlandês e o Tratado de Lisboa”, in *Revista de Estudos Europeus*, 2009, III, n.º 5, págs. 45-50.
26. “A União Europeia e o sistema europeu de protecção dos direitos fundamentais – a chancela do Tratado de Lisboa”, in *Cadernos O Direito*, 2010, n.º 5, págs. 169-189.
27. “La multiplication des garanties et des juges dans la protection des droits fondamentaux: coexistence ou conflit entre les systèmes constitutionnels, internationaux et régionaux ? Évolution d’une décennie. Portugal” (em co-autoria com o Professor Doutor Jorge Miranda), in *Annuaire Internationale de Justice Constitutionnelle*, (XXIX.º Table ronde internationale de 6 et 7 septembre 2013, Aix-en-Provence) XXIX, 2013, p. 393-409.
28. “O Tribunal de Justiça da União Europeia e o controlo indirecto das decisões do Conselho de Segurança. Sobre os critérios relevantes de conciliação prática entre a luta contra o terrorismo internacional e a protecção dos direitos fundamentais”, *Themis, Revista da Faculdade de Direito da UNL*, ano XIII, n.ºs 24-25, 2013, p. 49-76.

§ 3º. Artigos e capítulos publicados em obras colectivas, como autora ou co-autora

1. “Les nouveaux aspects de la libre circulation des personnes. Vers une citoyenneté européenne”, in *XV Congrès FIDE*, Lisboa, 1992, vol. III, págs. 320-364 (republicado no livro editado pela Associação Portuguesa de Direito Europeu, *Estudos de Direito Europeu. Congressos da FIDE. Relatórios Portugueses – 1990-2008*, Principia, 2009, págs. 132-158).
2. “Portugal”, in J.C. Masclet / Didier Maus (dir.), *Les Constitutions nationales à l'épreuve de l'Europe*, Paris, La Documentation Française, 1993, págs. 207-214.
3. “O Tratado da União Europeia e a garantia da Constituição (notas de uma reflexão crítica)”, in *Estudos em Memória do Professor Doutor João de Castro Mendes*, Lisboa, 1995, págs. 667-715.
4. “A liberdade de circulação de pessoas e o estatuto de cidadania previsto no Tratado da União Europeia”, in AA.VV., *A União Europeia na Encruzilhada*, Coimbra, Almedina, 1996, págs. 168-194.
5. “A cooperação intergovernamental na União Europeia – âmbito, natureza das acções previstas e sua relação com o domínio da integração comunitária”, in AA.VV., *Em Torno da Revisão do Tratado da União Europeia*, Coimbra, Almedina, 1997, págs. 35-56.
6. “Acções positivas de promoção do acesso das mulheres aos cargos políticos – Direito Comparado e prática política”, in AA.VV., *Democracia com mais cidadania*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, INCM, 1998.
7. “A União Europeia e os Direitos Fundamentais – métodos de protecção”, in Portugal-Brasil Ano 2000, Tema Direito, *Studia Iuridica*, 1999, vol. 40, págs. 27-49.

8. “O Conselho da Europa”, in João Mota de Campos (coord.), *Organizações Internacionais*, Lisboa, FCG, 1.^a edição, 1999, págs. 595-610 – a obra está na sua 4.^a edição, revista e actualizada, publicada pela Coimbra Editora em Dezembro de 2010; o capítulo citado encontra-se nas págs. 649-667.
9. “A Convenção Europeia dos Direitos do Homem”, in João Mota de Campos (coord.), *Organizações Internacionais*, Lisboa, FCG, 1.^a edição, 1999, págs. 615-634 – a obra está na sua 4.^a edição, revista e actualizada, publicada pela Coimbra Editora em Dezembro de 2010; o capítulo citado encontra-se nas págs. 671-696.
10. “A Constituição Portuguesa e a União Europeia – instantâneos de uma coabitação necessária”, in *Jornadas Luso-Espanholas de Derecho Constitucional*, Mérida, 1999, págs. 189-202.
11. “Rights of residence of Community workers and derogations. Reflections on the meaning of “worker-citizen”, in Jean-Yves Cartier / Michel Verwilghen (ed.), *Thirty years of free movement of workers in Europe*, Université Catholique de Louvain, 2000, págs. 177-190.
12. “Les devoirs de coopération entre les autorités nationales et les tribunaux et les institutions communautaires d’après l’article 10 du Traité de Rome”, in XIX.^e *Congrès FIDE*, Helsínquia, Junho 2000, vol. I, págs. 261-281 (republicado no livro editado pela Associação Portuguesa de Direito Europeu, *Estudos de Direito Europeu. Congressos da FIDE. Relatórios Portugueses – 1990-2008*, Principia, 2009, págs. 400-420).
13. “A aplicação jurisdicional do princípio da subsidiariedade no Direito Comunitário – pressupostos e limites”, in *Estudos Jurídicos e Económicos em Homenagem ao Professor Lumbrales*, Coimbra, 2000, págs. 779-813.
14. “La Constitution Portugaise et le principe de subsidiarité – de la positivisation à son application concrète”, in Francis Delperée (dir.), *Justice Constitutionnelle et Subsidiarité*, Bruxelles, Bruylant, 2000, págs. 107-135.

15. “Direito Comunitário do Trabalho. Tópicos de identificação”, in Pedro Romano Martinez (coord.), *Estudos do Instituto de Direito do Trabalho*, Coimbra, 2001, vol. I, págs. 153-188.
16. “A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia – natureza e meios de tutela”, in *Estudos em homenagem à Professora Doutora Isabel Magalhães Collaço*, Coimbra, 2002, vol. I, págs. 723-755.
17. “L’Unione Europea e le entità regionale: le regioni autonome e il processo comunitario de decisione”, in Antonio d’Atena (dir.), *L’Europa delle autonomie. Le Regioni e l’Unione Europea*, Milão, Giuffrè, 2003, págs. 171-189.
18. “Constituição Europeia”, Enciclopédia Verbo, *Annualia Verbo 2005-2006*, págs. 33-40.
19. “União Europeia e o Direito Europeu dos Direitos do Homem – uma defesa do triângulo judicial europeu”, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Armando Marques Guedes*, Lisboa, 2004, págs. 735-760.
20. “União Europeia e entidades regionais : as regiões autónomas e o processo comunitário de decisão”, in AA.VV., *A União Europeia e Portugal: a actualidade e o futuro*, Coimbra, Almedina, 2005, págs. 29-46.
21. “O estatuto do cidadão da União e a (não) discriminação em razão da orientação sexual”, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor A. Marques dos Santos*, Coimbra, 2005, vol. II, págs. 361-389.
22. “O modelo europeu de protecção dos direitos fundamentais – dualidade e convergência”, in Colóquio internacional promovido pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, “Estado actual dos processos de integração. Os modelos da UE, Mercosul e outras experiências de integração”, in *Revista de Estudos Europeus*, n.º 1, 2007, págs. 31-42.

23. “O Banco Central Europeu e o sistema judicial da União Europeia: supremacia decisória e controlo da legalidade”, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor António L. Sousa Franco*, Coimbra Editora, 2006, vol. III, págs. 149-176.
24. “Portugal. O Tribunal Constitucional Português e a garantia de aplicação do Direito da União Europeia” (em co-autoria com a Professora Doutora Carla Amado Gomes), in Javier Tajadura/ J. de Miguel (coord.), *Justicia Constitucional y Unión Europea. Un estudio comparado de las experiencias de Alemania, Austria, España, Francia, Italia y Portugal*, Madrid, CEPC, 2008, págs. 259-290; republicado in *Estudos em homenagem ao Professor Paulo de Pitta e Cunha*, Coimbra, I, 2010, págs. 695-725.
25. “União Europeia e direitos fundamentais: da proclamação dos direitos à sua tutela judicial efectiva”, in Marta Tavares de Almeida / Nuno Piçarra (coords.), *50 anos do Tratado de Roma*, Lisboa, FDUNL, Âncora Editora, 2008, págs. 237-241.
26. “O Tratado de Lisboa e o teste da identidade constitucional dos Estados-membros – uma leitura prospectiva da Decisão do Tribunal Constitucional alemão de 30 de Junho de 2009”, in *Estudos em homenagem ao Professor J. M. Sérvulo Correia*, Coimbra Editora, 2010, vol. IV, págs. 687-706.
27. “O Tratado de Lisboa e o sistema europeu de protecção dos direitos fundamentais”, in Nuno Piçarra (coord.), *A União Europeia segundo o Tratado de Lisboa*, Coimbra, Almedina, 2011, págs. 81-98.
28. “Portugal, a União Europeia e “uma certa ideia da Europa”, in Eduardo Paz Ferreira (coord.), *25 anos na União Europeia. 125 reflexões*, IEFDL, Almedina, 2011, págs. 443-448.
29. “Artigos 45.º a 47.º (livre circulação de trabalhadores)”, in Manuel Lopes Porto / Gonçalo Anastácio (coords.), *Tratado de Lisboa. Anotado e Comentado*, Coimbra, Almedina, 2012, págs. 304-310.

30. “As fontes eurocomunitárias do Direito Aéreo no espaço da União Europeia”, Dário Moura Vicente (coord.), *Estudos de Direito Aéreo*, Coimbra Editora, 2012, págs. 183-198.
31. “O tempo e a transposição de directivas no Direito da União Europeia”, in *Estudos em Homenagem a Miguel Galvão Teles*, Almedina, vol. I, 2012, p. 423-439.
32. “União Europeia, identidade nacional e igualdade linguística”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda*, Coimbra Editora, 2012, vol. V, págs. 383-406.
33. “União Europeia e protecção dos direitos fundamentais – uma justiça constitucional de base triangular”, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Joaquim Gomes Canotilho*, Coimbra Editora, 2012, vol. III, págs. 291-316.
34. “União Europeia, estatuto de cidadania e direitos de participação política”, in *Liber Amicorum em homenagem ao Prof. Doutor João Mota de Campos*, Coimbra Editora, 2013, p. 669-701.
35. “Artigo 44.º. Direito de petição”, in Alessandra Silveira / Mariana Canotilho (coords.), *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Comentada*, Coimbra, Almedina, 2013, p. 514-518 (versão em inglês, elaborada em colaboração com a Mestre Marisa Q. dos Reis, no prelo).
36. “O caso Trojani e a realização jurisprudencial do estatuto de cidadão da União”, in Eduardo Paz Ferreira / Maria Luísa Duarte / Miguel Sousa Ferro (orgs.), *Jurisprudência Cunha Rodrigues – Comentários*, Lisboa, AAFDL, 2013, p. 87-98.
37. “Direito da União Europeia e estatuto jurídico dos animais: uma grande ilusão?”, in Maria Luísa Duarte / Carla Amado Gomes (coord.), *Direito (do)*

Animal, Coimbra, Almedina, 2016, p. 223, também disponível online, in *Animais: deveres e direitos*, ebook, ICJP, 2015.

38. Co-editora, em parceria com a Mestre Marisa Q. dos Reis, de um número especial da Revista electrónica *e-Pública* (Special Issue, n.º 5, Julho de 2015): “Law and the Future. A legal perspective on intergenerational justice” (publicação com peer-review dos estudos apresentados na Conferência Internacional *Lisbon Conference on Intergenerational Justice*, realizada na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 19 e 20 de Junho de 2014).
39. “Sobre o caso Gauweiler: estará o Tribunal de Justiça pronto a fazer o que for necessário para preservar o primado do Direito da União Europeia?”, in *Estudos em homenagem ao Conselheiro Presidente Rui Moura Ramos*, Almedina, Coimbra, 2016, p. 749-765.
40. “O regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e o Direito da União Europeia – breve relato de um (des)encontro anunciado com a jurisprudência do Tribunal de Justiça”, in Carla Amado Gomes, e outros (coords.), *O regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas: comentários à luz da jurisprudência*, Lisboa, AAFDL, 2017, p. 67.91.
41. “Tratado” e “Tribunal de Justiça da União Europeia”, in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Direito Internacional* (no prelo).

§ 4º. Outras publicações

1. “Direito Administrativo Europeu. Programa e bibliografia”, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, 2000, págs. 409-415.

2. “União Europeia e garantia do bem-estar dos animais”, in *Estudos de Direito da União e das Comunidades Europeias*, Coimbra Editora, 2006, vol. II, págs. 119-126.
3. *União Europeia e jurisprudência constitucional dos Estados-membros* (em co-autoria com Pedro Delgado Alves), Lisboa, AAFDL, 2006.
4. *20 anos de jurisprudência da União Europeia sobre casos portugueses. O que fica do diálogo entre os juízes portugueses e o Tribunal de Justiça da União Europeia* (em co-coordenação com Luís Fernandes e Francisco Pereira Coutinho), Lisboa, Instituto Diplomático, MNE, 2011.
5. *Tratado de Lisboa* (em co-autoria com Carlos Alberto Lopes), Lisboa, AAFDL (1.ª edição em 2008; 3.ª edição, actualizada e reformulada, 2013).
6. *Jurisprudência Cunha Rodrigues – Comentários* (em co-organização com Eduardo Paz Ferreira e Miguel Sousa Ferro), Lisboa, AAFDL, 2013.
7. *Tratado de Lisboa* (em co-autoria com Rui Tavares Lanceiro), 4.ª ed., Lisboa, AAFDL, 2017.

b) Organização de conferências e cursos de pós-graduação

1. “Lisbon Conference on Intergenerational Justice. The Law of the future and the future of law”, 19 e 20 de Junho de 2014 (co-organização com a Mestre Marisa Quaresma dos Reis).
2. “Animais: deveres e direitos. A propósito da nova legislação de criminalização de maus tratos a animais (Lei n.º 69/2014, de 29 de Agosto), 11 de Dezembro de 2014, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, ICJP (co-organização com a Prof. Doutora Carla Amado Gomes).

3. “Cuidados de saúde transfronteiriços e Direito da União Europeia”, 10 de Março de 2015, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, ICJP (co-organização com a Mestre Cláudia Monge).
4. “Direito (do) Animal” (4 de Maio a 22 de Junho de 2015, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, ICJP (co-organização com a Prof. Carla Amado Gomes).
5. “A Carta dos Direitos Fundamentais da UE e o activismo do TJUE: um catálogo de direitos resistente às ameaças?” (conferência internacional realizada no âmbito do Centro de Investigação de Direito Público em 27 de Novembro de 2015, cujas actas serão publicadas em versão inglesa pela editora Routledge).
6. Workshop sobre O Direito dos Regufiados, no âmbito do Lisbon’s International and European Labs, Centro de Investigação de Direito Público (15 de Junho de 2016).
7. Workshop sobre o caso *Actividades Militares e Paramilitares na Nicarágua* – 30 anos depois, a Comunidade Internacional e o uso da força, no âmbito do Lisbon’s International and European Labs, Centro de Investigação de Direito Público (26 de Outubro de 2016).

c) Participação como oradora convidada em congressos, conferências e seminários de natureza científica

1. Participação como conferencista em numerosos seminários e colóquios organizados pelas seguintes principais instituições:
 - Assembleia da República
 - Associação Portuguesa de Direito Constitucional
 - Centro de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa
 - Centro de Estudos Judiciários
 - Centro de Ética dos Animais
 - Centro de Excelência Jean Monnet (Faculdade de Direito da Univeridade de Lisboa)
 - Comissão Europeia

- Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa
- Facultad de Derecho de Sevilla (Espanha)
- Facultad de Derecho / Universidad de Extremadura (Espanha)
- FIDE (Fédération International pour le Droit Européen)
- Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Instituto de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Instituto Miguel Galvão Teles
- Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento
- Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais
- Instituto de Estudos Superiores Militares
- Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Instituto Nacional de Administração
- Parlamento Europeu
- Universidade dos Açores
- Universidade da Beira Interior
- Universidade Católica Portuguesa
- Universidade Catholique de Louvain (Bélgica)
- Universidade da Madeira
- Universidade do Minho (Escola de Direito)
- Université Paris XI - Faculté Jean Monnet (França)
- Università di Roma Tor Vergata (Itália)
- Université Aix-Marseille (França)

2. Referem-se as seguintes intervenções:

- “A Constituição Portuguesa e a União Europeia – instantâneos de uma coabitação necessária”, tema apresentado nas *Jornadas Luso-Espanholas de Direito Constitucional*, Universidad de Extremadura, Cáceres, em 22 de Maio de 1998.
- “Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia”, intervenção no âmbito do programa de audição promovido pela Assembleia da República, em 16 de Maio de 2000 (intervenção reproduzida no livro publicado pela Comissão de Assuntos Europeus, Assembleia da República, *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*, 2001, págs. 151 e segs.).
- “Les devoirs de coopération entre les autorités nationales et les tribunaux et les institutions communautaires d’après l’article 10 du Traité de Rome”, participação no XIX Congresso FIDE, realizado em Helsínquia (Junho 2000).
- “União Europeia e entidades regionais: as Regiões Autónomas e o processo comunitário de decisão”, Colóquio *A União Europeia e Portugal. A actualidade e o futuro* organizado pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Julho de 2002).
- “União Europeia e garantia do bem-estar dos animais”, Colóquio *O Estatuto Moral e Jurídico dos Animais Não-Humanos*, organizado pelo Centro de Ética dos Animais (Maio de 2003).
- “Direito Bancário Europeu”, no *Curso de Direito Bancário*, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em colaboração com o Conselho Distrital da Ordem dos Advogados (Junho de 2003, com participação nos anos seguintes).
- “Contencioso de anulação e protecção dos direitos dos particulares”, no *Curso de Verão* organizado pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Julho de 2003).

- “Direito Comunitário do Trabalho”, no *Curso sobre o Direito de Trabalho*, organizado pelo Instituto de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Outubro de 2003, com participação nos anos seguintes).
- “Tratado ou Constituição? As relações entre o Direito da União e os Direitos Nacionais”, Colóquio *O Projecto de Constituição para a Europa*, organizado pelo Instituto Europeu e pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Outubro de 2003).
- “A directiva comunitária e a ordem jurídica portuguesa”, *Curso sobre a Feitura das Leis*, organizado pelo Instituto Nacional de Administração (Novembro de 2003, com participação nos anos seguintes).
- “O Direito da União Europeia e o Direito Europeu dos Direitos do Homem – uma defesa do triângulo judicial europeu”, *VIII Congreso Iberoamericano de Derecho Constitucional*, Facultad de Derecho de Sevilha (Dezembro de 2003).
- “Carta Europeia de Autonomia Local”, no *Curso sobre Direito das Autarquias Locais*, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Janeiro de 2004, com participação nos anos seguintes).
- “O contencioso comunitário dos contratos públicos”, no *Curso de Verão* organizado pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Julho de 2004).
- “Justice constitutionnelle, justice ordinaire, justice supranationale: à qui revient la protection des droits fondamentaux en Europe?”, *Table ronde Aix-en-Provence*, Université Aix-Marseille, GERJC (Setembro de 2004).
- “O modelo europeu de protecção dos direitos fundamentais – dualidade e convergência”, *Colóquio Internacional sobre o estado actual dos processos de*

integração, União Europeia e Mercosul, organizado pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Dezembro de 2004).

- “Os tribunais portugueses e a integração europeia”, no *Curso de Verão* organizado pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Julho de 2005).
- “Constitutions nationales et Constitution européenne”, *Table ronde Aix-en-Provence*, Université Aix-Marseille, GERJC (Setembro de 2005).
- “A relevância do Direito Comparado na criação e interpretação do Direito da União Europeia”, no Colóquio *O mar aproximando os povos: a Universalização do Direito*, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Março de 2006).
- “Constituição Portuguesa e Europa”, *Conferência Internacional sobre a Constituição Portuguesa*, promovida pela Associação Portuguesa de Direito Constitucional (Abril de 2006).
- “A Directiva Bolkenstein e a protecção comunitária dos direitos sociais: cidadania da União ou cidadania de mercado?”, no *Curso de Verão* organizado pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Julho de 2006).
- “O futuro da União Europeia: perspectivas futuras”, *Colóquio comemorativo dos 50 Anos do Tratado de Roma*, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, através da Cátedra Jean Monnet em Direito Constitucional Europeu (Março de 2007).
- “Direitos Fundamentais e processo europeu de integração – 50 anos em busca do modelo adequado de protecção”, *Colóquio 50 Anos do Tratado de Roma*, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Abril de 2007).

- “União Europeia e Direitos Fundamentais. Da proclamação à sua tutela judicial efectiva”, *II Congresso Nacional Portugal e o Futuro da Europa*, promovido pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (Junho de 2007).
- “Os direitos humanos e a defesa do meio ambiente”, no *Curso de Estudos Africanos* organizado pelo Instituto de Estudos Superiores Militares (Setembro de 2007).
- “O Tratado de Lisboa e os direitos de soberania dos Estados-membros: ecos actuais de uma leitura antiga”, *Assembleia da República, Comissão de Assuntos Europeus*, Ciclo de Conferências Tratado de Lisboa (Abril 2008).
- “O desporto no Tratado de Lisboa”, *Curso sobre Direito do Desporto*, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (Maio de 2008).
- “Direito Comunitário da Saúde”, *Curso sobre Direito da Saúde*, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (Outubro de 2008).
- “O referendo irlandês e as suas implicações jurídico-constitucionais no processo de ratificação do Tratado de Lisboa”, Conferência Internacional sobre *O Referendo Irlandês e o Tratado de Lisboa*, organizado pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito de Lisboa e pela Associação Interuniversitária de Estudos Europeus (Novembro de 2008).
- “União Europeia e tutela jurisdicional dos direitos fundamentais”, Conferência de Encerramento do *Curso Direito da União Europeia*, Escola de Direito, Universidade do Minho (Dezembro de 2008).
- “Tratado de Lisboa”, in *Encontro Luso-Brasileiro de Direito*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Janeiro de 2009).
- “Cabo Verde – as implicações de um “Estatuto Especial” de parceria com a União Europeia”, *Conferências Semana de África*, promovidas pela Faculdade

de Direito da Universidade de Lisboa, em colaboração com o Núcleo de Estudantes Africanos da FDL (Abril de 2009).

- “Acórdão do Tribunal de Justiça no caso *Liga Portuguesa de Futebol e Bwin c. SCML* – uma decisão clarificadora, agora e para o futuro no domínio dos jogos online”, Conferência Internacional promovida pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa sobre o tema *Os caminhos possíveis para a evolução europeia em matéria de jogo a dinheiro*” (Outubro de 2009).
- “O Tratado de Lisboa e o sistema europeu de protecção dos direitos fundamentais”, *Colóquio sobre o Tratado de Lisboa*, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (Fevereiro de 2010).
- “O Tratado de Lisboa e o sistema eurocomunitário de repartição de competências entre a União Europeia e os Estados-membros”, *Jornadas sobre o Tratado de Lisboa* organizadas pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Março de 2010).
- “A responsabilidade dos Estados-membros por violação do Direito da União Europeia”, Curso dedicado ao tema *O novo regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas*, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Maio de 2010).
- “O Tratado de Lisboa e as «cláusulas para o futuro»”, Conferência Internacional sobre o tema *O Tratado de Lisboa em Lisboa. A construção europeia posta à prova em período de crise e tensões no eurosistema*, organizada pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Junho de 2010).
- “A repartição de competências entre a União Europeia e os Estados-membros”, Curso *O Tratado de Lisboa*, organizado pelo Centro de Excelência Jean Monnet (Novembro de 2010).

- “As fontes eurocomunitárias do Direito Aéreo no espaço da União Europeia”, *Curso de Pós-Graduação em Direito Aéreo*, promovido pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Novembro de 2010 e Outubro de 2011).
- “A harmonização dos direitos nacionais dos Estados-membros”, *Curso Imigração, Migrantes e asilo no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça*, organizado pelo Centro de Excelência Jean Monnet (Março de 2011).
- “Aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia pelos tribunais nacionais”, *Centro de Excelência Jean Monnet* (Abril de 2011).
- “Contencioso da União Europeia”, in *O Direito da União Europeia em acção: a jurisprudência do TJUE*, Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Novembro-Dezembro de 2011 e participação no ano seguinte).
- “O tempo e a transposição das directivas eurocomunitárias”, intervenção realizada no *V Encontro de Professores de Direito Público*, subordinado ao tema “O tempo e o Direito Público”, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Janeiro de 2012).
- “Patrocínio judiciário e representação do Estado Português nas instâncias internacionais – os tribunais da União Europeia”, Curso de Pós-Graduação sobre *Patrocínio Judiciário e Representação do Estado em Juízo* organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Junho de 2012 / Julho de 2014 / Junho de 2015).
- “Os fins do Estado e o fim do Estado”, intervenção no âmbito do Colóquio sobre *Sustentabilidade do Estado Social*, promovido pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Dezembro de 2012).
- “O Tribunal de Justiça da União Europeia e o controlo indirecto das decisões do Conselho de Segurança. Sobre os critérios relevantes de concliação prática

entre a luta contra o terrorismo internacional e a protecção dos direitos fundamentais”, *III Encontro Luso-Espanhol de Professores de Direito Internacional Público e Relações Internacionais sobre o tema: Jurisdições Internacionais e evolução da ordem internacional*, Universidade Católica Portuguesa, Porto (Junho de 2013).

- “La multiplication des garanties et des juges dans la protection des droits fondamentaux: coexistence ou conflit entre les systèmes constitutionnels, internationaux et régionaux ? Évolution d’une décennie. Rapport portugais”. *XXIX Table ronde Aix-en-Provence*, Université Aix-Marseille, 6-7 Septembre 2013.
- “O processo de questões prejudiciais na sua função de motor jurídico da integração europeia: condições e limites”, *3.º Curso de Formação para Juizes em Direito Europeu da Concorrência*, Instituto Europeu / IDEFF, 9 de Abril de 2014.
- “European Court of Justice and the limits to judicial activism: the dialogue between European judges”, *International Conference of Judicial Activism*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Centro de Investigação de Direito Público (27 de Maio de 2014).
- *Lisbon Conference on Intergovernmental Justice. The law of the future and the future of law: closing report*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, ICJP/CIDP (19 e 20 de Junho de 2014).
- “Estatuto jurídico dos animais e Direito da União Europeia: uma grande ilusão?”, *Conferência sobre Animais: Deveres e Direitos*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, ICJP (11 de Dezembro de 2014).
- “Competências da União Europeia e políticas de saúde”, *Conferência sobre cuidados de saúde transfronteiriços e Direito da União Europeia*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, ICJP (10 de Março de 2015).

- “Direito da União Europeia e aplicação judicial das regras relativas à contratação pública”, Curso sobre Direito da Contratação Pública, IDEFF/IJCP (17 de Março de 2015 / Abril de 2016 / Maio de 2017).
- “Direito da União Europeia – entre o princípio geral da protecção do bem-estar animal e as excepções de conteúdo incerto”, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, ICJP (1 de Junho de 2015).
- “Direitos Fundamentais e Justiça Europeia: a adesão da UE à CEDH”, *IX Encontro de Professores de Direito Público*, 22/23 Janeiro de 2016, Faculdade de Direito, UCP (moderadora).
- “A relação entre os tribunais portugueses e os tribunais da União Europeia”, *Seminário 30 anos depois da adesão de Portugal à União Europeia*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 29 de Abril de 2016.
- “Revisões constitucionais e adaptação às exigências da integração europeia”, *40 Anos da Constituição*, FDUL, ICJP, 9 de Maio de 2016.
- “L’adhésion de l’Union européenne à la Convention Européenne des Droits de l’Homme après l’Avis 2/13 de la Cour de Justice : faut-il insister ? Les avantages de la coopération informelle”, *Lisbon Conference on the Longer-Term Future of the Mechanism of the European Convention on Human Rights*, FDUL, 20 de Maio de 2016.
- “Assistência Humanitária e protecção dos civis em situação de conflito armado. Desafios actuais”, Ministério dos Negócios Estrangeiros (coordenação e moderação, 7 de Abril de 2017).
- “The Federal Experience of the European Union: past, presente and future”, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 22 de Maio de 2017 (intervenção no painel sobre o tema *A União Europeia como sistema federal sui generis: crise e desafios recentes*).

d) Actividades de difusão e de divulgação da ciência

§ 1º. Coordenação de obras

1. Concepção e organização, em parceria com o Dr. Pedro Delgado Alves, colaborador no ensino da disciplina de Direito Constitucional III no ano lectivo de 2005/2006, do livro *União Europeia e Jurisprudência Constitucional dos Estados-membros*. A ideia, explicada no prefácio, é a de garantir um acesso facilitado à jurisprudência mais representativa dos tribunais constitucionais dos Estados-membros da União Europeia, incluindo o Tribunal Constitucional Português. Esta jurisprudência foi selecionada com base em três critérios de saliência temática e enquadrada por notas introdutórias que resumem o seu conteúdo doutrinário e remetem para bibliografia relevante. Assim, para além do objectivo de publicar o texto das decisões, e garantir o acesso directo às fontes, o livro proporciona ao leitor uma análise explicativa sobre o significado desta jurisprudência na definição de um quadro normativo e político de articulação necessária entre o Direito da União Europeia e as Constituições dos Estados-membros.
2. Organização e publicação do livro *Tratado de Lisboa*, em parceria com Carlos Alberto Lopes, que constitui uma colectânea de tratados institutivos e outros textos de direito primário da União Europeia. Em Janeiro de 2013, foi publicada a 3.ª edição que inclui a versão actualizada do estatuto jurídico da União Europeia, nomeadamente as novas regras sobre a governação da zona euro e as alterações institucionais que resultarão da vigência do Tratado de adesão da Croácia.
3. Coordenação, em parceria com o Dr. Luís Fernandes, Director do Serviço Jurídico da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus do Ministério dos Negócios Estrangeiros e com o Doutor Francisco Pereira Coutinho, professor do Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, de uma obra dedicada à análise da jurisprudência proferida pelo Tribunal de Justiça da União Europeia sobre casos relacionados com a aplicação do Direito Comunitário na ordem jurídica

portuguesa no quadro do processo de questões prejudiciais. O livro que abre com uma nota de apresentação e um estudo introdutório dedicado ao tema dos juízes e o funcionamento do mecanismo das questões prejudiciais, recolhe vinte anotações sobre os acórdãos considerados mais importantes elaboradas para o efeito por reconhecidos académicos e especialistas em temas de Direito da União Europeia. A obra concretiza o objectivo de dar a conhecer, concluídos vinte e cinco anos de adesão de Portugal às Comunidades Europeias, o alcance e a dimensão prática do processo de “comunitarização” do direito aplicado pelos tribunais portugueses.

4. Co-organizadora, em parceria com o Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira e o Dr. Miguel Sousa Ferro, do livro *Jurisprudência Cunha Rodrigues – Comentários* que reúne 21 acórdãos do Tribunal de Justiça, cujo relator foi o homenageado, seguidos de anotações de conhecidos académicos e especialistas de direito europeu.
5. Co-coordenadora, em parceria com o Professor Doutor Carlos Blanco de Morais e a Mestre Raquel Castro, do livro *Media, Direito e Democracia*, Coimbra, Almedina, 2014.
6. Co-editora, em parceria com a Mestre Marisa Q. dos Reis, de um número especial da Revista electrónica *e-Pública* (Special Issue, n.º 5, Julho de 2015): “Law and the Future. A legal perspective on intergenerational justice” (publicação com peer-review dos estudos apresentados na Conferência Internacional *Lisbon Conference on Intergenerational Justice*, realizada na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 19 e 20 de Junho de 2014).

§ 2º. Apresentação de livros

1. Prefácio do livro “*O lugar do cidadão nos processos de integração. O deficit social da Comunidade Europeia e do Mercosul*”, de Eduardo Nunes Campos, Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2002.

2. Prefácio do livro “*A figura do advogado-geral no Contencioso Comunitário*”, de Sérgio Saraiva Direito, Coimbra Editora, 2007.
3. Apresentação da obra “*Enciclopédia de Direito Internacional*” (coordenação de Manuel Almeida Ribeiro, Francisco Pereira Coutinho e Isabel Cabrita), em cerimónia pública realizada na Sociedade de Geografia (7 de Dezembro de 2011).
4. Prefácio do livro “*A Carta dos Direitos Fundamentais no espaço eurocomunitário*”, de Osvaldo Ferreira de Carvalho, Goiânia, Gráfica e Editora América, 2013.
5. Prefácio do livro: “*Liberdade de Religião à luz do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem notas críticas sobre o Brasil*”, de João Luiz Quinto Pereira, Curitiba, Juruá Editora, 2014.

e) Outras actividades e distinções de relevo científico

1. Em Maio de 1990, a dissertação de Mestrado (“A liberdade de circulação de pessoas e a ordem pública no Direito Comunitário”) foi distinguida com o *Prémio Europa 1992*, na modalidade de ensaio académico, atribuído pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros através do Secretariado Europa 1992.
2. Membro da Comissão Editorial do Anuário de Direito Internacional e Direito da União Europeia (Ministério dos Negócios Estrangeiros).
3. Coordenadora da comissão do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas, mandatada pelo Decano, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, para elaborar a proposta do Grupo a submeter ao Conselho Científico no âmbito da Reforma de Estudos Pós-Graduados da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Janeiro de 2012).

4. Membro da Comissão Coordenadora do Centro de Investigação de Direito Público (CIDP) do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

5. Coordenadora da área de investigação de Direito Internacional e Europeu no Centro de Investigação de Direito Público (CIDP) do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

C. Orientação de trabalhos académicos

a) Pós-doutoramento e teses de doutoramento

1. Mestre Marisa Q. dos Reis sobre o tema: “*A não discriminação temporal da aplicação dos Direitos Fundamentais – o caso das gerações futuras*” (em co-orientação com o Professor Doutor Viriato Soromenho-Marques), segundo deliberação do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, de 28 de Março de 2012 (projecto de doutoramento apoiado por bolsa atribuída pela Fundação de Ciência e Tecnologia).

2. Mestre Mariana Sousa e Alvim sobre o tema: “*Do controlo jurisdicional exercido pelos tribunais da União Europeia sobre a aplicação do artigo 102.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia*”, segundo deliberação do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, de 20 de Outubro de 2010, e à qual foi concedida para desenvolvimento do seu trabalho uma bolsa da Fundação de Ciência e Tecnologia em Outubro de 2016.

3. Doutor Vladimir Brega Filho sobre o tema: “*Proibição do retrocesso: o estado da arte em Portugal e no Brasil*” (pós-doutoramento), segundo deliberação do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, de 21 de Novembro de 2012, concluído em Dezembro de 2013 com a proposta de classificação de Muito Bom.

4. Mestre Melissa Cabrini Morgato sobre o tema: “*A atribuição de dignidade humana no embrião excedentário no cenário eurocomunitário: uma perspectiva jurídica crítica*”, segundo deliberação do Conselho Científico de 26 de Junho de 2013.
5. Mestre Marco Aurélio Romagnoli Tavares, sobre o tema: “*As políticas públicas derivadas dos Direitos Fundamentais sociais e a dinâmica da força constitucional no contexto da União Europeia*”.
6. Mestre Amauri Mori, sobre o tema: “*O princípio da proporcionalidade como instrumento de controlo das restrições aos direitos fundamentais sobre a óptica dos tribunais*”.
7. Mestre Helena Telino Neves, sobre o tema: “*O acesso à água potável como direito humano*”.
8. Mestre Cristina da Silva Lopes, sobre o tema: “*A horizontalização dos direitos fundamentais. O princípio da igualdade aplicado às relações entre particulares*”.
9. Mestre Alexandre Neto Guerreiro, sobre o tema: “*Requiem pela soberania: direito de ingerência ou relações interestaduais sem consentimento?*”.

b) Dissertações de mestrado

§ 1º. Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

1. Lic. Ana Luísa Marinho da Costa, com o tema “*Os limites geográficos da União Europeia: perspectivas evolutivas*” (Curso de Mestrado e Aperfeiçoamento de 1998/1999).
2. Lic. Ana Margarida Moreira Neto, com o tema “*Da base jurídica da ultraperiferia*” (Curso de Mestrado e Aperfeiçoamento de 1998/1999).

3. Lic. Ana Paula Silva Calhau, com o tema “*As cooperações reforçadas*” (Curso de Mestrado e Aperfeiçoamento de 1998/1999).
4. Lic. Carla Maria Vicente, com o tema “*A intervenção da Comissão na aplicação do Direito Comunitário pela administração nacional*” (Curso de Mestrado e Aperfeiçoamento de 1999/2000).
5. Lic. Wanda Ferraz de Brito, com o tema “*O princípio da subsidiariedade e a política económica da UEM. Contributo para a definição da relação jurídica UE/Estados-membros em sede de ajudas comunitárias*” (Curso de Mestrado e Aperfeiçoamento de 1999/2000).
6. Lic. José Maria Leite Martins, com o tema “*Os poderes de controlo no contexto da administração comunitária*” (Curso de Mestrado e Aperfeiçoamento de 2000/2001).
7. Lic. Rita Leandro e Vasconcelos, com o tema “*O Direito Comunitário da concorrência no sector da energia*” (Curso de Mestrado e Aperfeiçoamento de 2000/2001).
8. Lic. Sérgio Saraiva Direito, com o tema “*A figura do advogado-geral no Contencioso Comunitário*” (Curso de Mestrado e Aperfeiçoamento de 2001/2002).
9. Lic. Luís Filipe Caldas, com o tema “*União Europeia e competências sancionatórias*” (Curso de Mestrado e Aperfeiçoamento de 2002/2003).
10. Lic. Mariana Sousa e Alvim, com o tema “*Direito Comunitário da Concorrência e tutela judicial provisória*” (Curso de Mestrado e Aperfeiçoamento de 2003/2004), distinguida com o Prémio Jacques Delors. Melhor Estudo Académico sobre temas comunitários 2008.

11. Lic. Luís Pinto Monteiro, com o tema “*Direito Comunitário da Concorrência e propriedade intelectual*” (Curso de Mestrado e Aperfeiçoamento de 2003/2004).
12. Lic. Helena Maria Pacheco, com o tema “*As reservas dos tratados internacionais*” (Curso de Mestrado de 2006/2007).
13. Mónica Cardoso Salgado, com o tema “*A protecção de dados pessoais*” (Curso de Mestrado de 2006/2007).
14. Lic. Patrícia Ramos Santos, com o tema “*A protecção europeia da não discriminação em função da orientação sexual*” (Curso de Mestrado 2006/2007).
15. Lic. Marisa Q. dos Reis, com o tema “*Direito Internacional, Direitos Humanos e Justiça Intergeracional. A protecção jurídica das gerações futuras*” (Curso de Mestrado de 2007/2008).
16. Lic. Gustavo Tramuja, com o tema “*A cidadania da União e os nacionais de países terceiros*” (Curso de Mestrado de 2007/2008).
17. Lic. Andreza Almeida Bezerra, com o tema “*União Europeia, cidadania e direitos fundamentais*” (Curso de Mestrado de 2007/2008).
18. Lic. Vera Lúcia Miranda, com o tema “*Terceiro setor: a atividade administrativa de fomento impulsionando a ação das associações como as ONG*” (Curso de Mestrado de 2007/2008).
19. Lic. Adriano Carlos Oliveira Silva, com o tema “*Incorporação dos tratados no sistema de direito positivo brasileiro*” (Curso de Mestrado de 2007/2008).
20. Tatiana Ferreira Malafaia, com o tema “*Tráfico internacional infantil: análise jurídico-internacional e comparada*” (Curso de Mestrado de 2008/2009).

21. Lic. Ana Francisco Heitor, com o tema “*A liberdade de circulação de pessoas no sistema europeu de protecção dos direitos fundamentais*” (Curso de Mestrado de 2009/2010).
22. Lic. Ana Cristina Fonseca dos Santos, com o tema “*Regular a segurança privada na União Europeia*” (Curso de Mestrado Profissionalizante de 2009/2010).
23. Lic. Túlio Neiva Vaz, com o tema “*A internacionalização dos contratos entre Estados e empresas estrangeiras internacionais e a sua natureza jurídica*” (Curso de Mestrado de 2009/2010).
24. Lic. João Luiz Quinto Pereira, com o tema “*Liberdade de expressão religiosa e Direito Europeu*” (Curso de Mestrado de 2010/2011).
25. Lic. Kelen Poltronieri Pereira, com o tema “*Mutações constitucionais – história e dogmática à luz da teoria estruturante do Direito*” (Curso de Mestrado de 2010/2011).
26. Nilcinei Rosa Keller, com o tema “*A legitimidade activa do indivíduo nas instâncias internacionais de competência específica de direitos humanos*” (Curso de Mestrado de 2010/2011).
27. Lic. Fernando Augusto Martins Duarte, com o tema “*A responsabilidade do Estado por violação do Direito da União Europeia: o caso português*” (Curso de Mestrado Profissionalizante de 2010/2011).
28. Lic. Lénia Maria de Seabra Real, com o tema “*Resolução informal de conflitos decorrentes das regras do Mercado Interno na UE*” (Curso de Mestrado Profissionalizante de 2011/2012).
29. Lic. João Manuel Baptista, com o tema “*A compatibilidade do Tratado Orçamental com o Direito da União Europeia e o futuro da Europa*” (Curso de Mestrado Profissionalizante de 2011/2012).

- 30.** Lic. Lucas Bolzan, com o tema “*Restrições de direitos sociais no espaço normativo da União Europeia*” (Curso de Mestrado Científico 2011/2012).
- 31.** Lic. Ana Fonseca Santos, com o tema: “*Segurança Privada, ultrapassando as fronteiras*” (Curso de Mestrado Profissionalizante 2008/2009).
- 32.** Lic. Cecília Galício Brandão, com o tema: “*O princípio da segurança jurídica como paradigma do controle da convencionalidade*” (Curso de Mestrado Científico 2012/2013).
- 33.** Lic. Daniela Costa Melo, com o tema: “*A protecção dos direitos humanos da mulher no sistema interamericano e o papel do Brasil*” (Curso de Mestrado Científico 2012/2013).
- 34.** David Costa, com o tema: “*O ordenamento jurídico da Guiné-Bissau e a protecção dos direitos humanos no quadro da União Africana*” (2012/2013).
- 35.** Lic. Giordano Grotto, com o tema: “*A garantia pela ONU da observância do direito internacional*” (Curso de Mestrado Científico 2012/2013).
- 36.** Yuri Scardua Meneghel, com o tema: “*A efectividade dos tratados internacionais sobre direitos fundamentais na busca pela identidade constitucional*” (Curso de Mestrado Científico 2014/2015).
- 37.** Domingos Pereira, com o tema: “*Constituição da Guiné-Bissau e integração regional em África*” (Curso de Mestrado Científico 2014/2015).
- 38.** Rafael Lira Monteiro, com o tema: “*A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e o nível mais elevado de protecção*” (Curso de Mestrado 2014/2015).

39. Ricardo Rodrigues de Oliveira, com o tema: “*A ponderação de novos sujeitos de DIP no conceito de defesa da Carta das Nações Unidas*” (Curso de Mestrado 2014/2015).
40. Giovani Lapenda, com o tema: “*União Europeia: responsabilidade dos países membros ante o Tribunal de Justiça*” (Curso de Mestrado de 2014/2015).

§ 2º. Instituto de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa

41. Lic. Maria Margarida Telles Romão, com o tema “*Liberdade e vinculação na Administração comunitária*” (Curso de Mestrado em Estudos Europeus de 1998/1999).
42. Lic. Gabriel Goucha, com o tema “*Direito de ingerência humanitária. Uma reflexão sobre o direito de ingerência humanitária no espaço da União Europeia*” (Curso de Mestrado em Estudos Europeus de 1998/1999).
43. Lic. Eduardo Maia Cadete, com o tema “*A renovação da concessão de distribuição de electricidade em baixa tensão pelos municípios à Electricidade de Portugal, SA à luz do artigo 86º.CE*” (Curso de Mestrado em Estudos Europeus de 2000/2001).
44. Lic. Inês Santos, com o tema “*Avaliação do impacto ambiental no direito comunitário do ambiente. Instrumento jurídico de protecção ambiental*” (Curso de Mestrado em Estudos Europeus de 2000/2001).
45. Lic. Margarida Raquel Ramos Santiago, com o tema “*As minorias e o alargamento a Oriente no contexto dos Direitos Fundamentais*” (Curso de Mestrado em Estudos Europeus de 2000/2001).

§ 3º. Escola de Direito da Universidade do Minho

46. Maria Alexandra de Reis Moreira, com o tema “*A constitucionalização da dignidade e do bem-estar dos animais na União Europeia*”, em co-orientação com Professora Alessandra Silveira.

II. DESEMPENHO PEDAGÓGICO

A. Funções docentes

a) Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

§ 1º. Antes da licenciatura

1. Durante o ano lectivo de 1984/1985, ainda aluna a frequentar o 5.º Ano da licenciatura, exerceu funções de monitora na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, na disciplina de Finanças Públicas I, sob a coordenação do Professor Doutor António de Sousa Franco.

§ 2º. Após a licenciatura

Entre Março de 1986 e Março de 1990, como assistente-estagiária, prestou colaboração nas seguintes disciplinas:

1. Finanças Públicas I (Regente: Professor Doutor António de Sousa Franco).
2. Ciência Política e Direito Constitucional (Regentes: Professores Doutores Jorge Miranda e Marcelo Rebelo de Sousa)
3. Direito Constitucional II (Regente: Professor Doutor Jorge Miranda)

4. Direito Comunitário I (Regente: Professor Doutor Fausto de Quadros)

§ 3º. Após o mestrado

Em Abril de 1990, na sequência da obtenção do grau de Mestre em Direito, em Ciências Jurídico-Políticas, foi contratada como assistente e colaborou no ensino das seguintes disciplinas do curso de licenciatura:

1. Ciência Política e Direito Constitucional (Regentes: Professores Doutores Jorge Miranda e Marcelo Rebelo de Sousa).
2. Direito Constitucional II (Regentes: Professores Doutores Jorge Miranda e Marcelo Rebelo de Sousa).
3. Direito Comunitário I (Regente: Professor Doutor Fausto de Quadros).
4. Nos anos lectivos de 1991/1992 e 1992/1993, assegurou a leccionação, na qualidade de regente, da disciplina Direito Internacional Público II.
5. No ano lectivo de 1996/1997, assegurou a leccionação, na qualidade de regente, da disciplina Direito Comunitário I (turma da noite).

§ 4º. Após o doutoramento

- Na qualidade de professora auxiliar, teve a seu cargo a regência das seguintes disciplinas:

i) Curso de licenciatura

1. Direito Comunitário I, nos anos lectivos de 1997/1998, 1998/1999, 1999/2000, 2000/2001, 2001/2002.

2. Direito Comunitário II, nos anos lectivos de 1997/1998, 1998/1999, 1999/2000, 2000/2001, 2002/2003.

3. Direito Internacional Público I, no ano lectivo de 2000/2001.

4. Introdução ao Estudo do Direito, no ano lectivo de 2002/2003.

ii) Curso de mestrado e aperfeiçoamento

De 1998 a 2003, assegurou a regência da disciplina Direito Comunitário Institucional II, subordinada aos temas:

- *Garantia Jurisdicional da Legalidade Comunitária* (1998/1999).
- *Direito Comunitário e Garantias dos Administrados* (1999/2000).
- *União Europeia: um espaço de livre circulação de pessoas* (2000/2001).
- *O Poder Judicial na União Europeia* (2001/2002).
- *Direito da União Europeia e soberania dos Estados-membros: o paradoxo da construção europeia* (2002/2003).

iii) Cursos de pós-graduação

No quadro dos cursos de pós-graduação organizados pelo Grupo de Ciências Jurídico-Políticas, assumiu a regência das seguintes disciplinas:

1. Organizações Internacionais (Curso de Ciências Políticas e Internacionais), nos anos lectivos de 1997/1998 e 1998/1999.

2. Direito Administrativo Europeu (Curso de Ciências Político-Administrativas), nos anos lectivos de 1998/1999, 1999/2000, 2000/2001, 2001/2002.

3. Direito Internacional e Comunitário do Ambiente (co-regência) (Curso de Ciências Jurídico-Urbanísticas e Ambientais), no ano lectivo de 2001/2002.

- **Na qualidade de professora associada, assumiu as regências das seguintes disciplinas:**

i) Curso de licenciatura

1. Direito Comunitário I, nos anos lectivos de 2003/2004, 2005/2006 e 2006/2007.

2. Introdução ao Estudo do Direito, no ano lectivo de 2003/2004.

3. Relações Internacionais, nos anos lectivos de 2003/2004 e 2006/2007.

4. Direito Constitucional III, no ano lectivo de 2005/2006.

5. Direitos Fundamentais, no ano lectivo de 2005/2006.

ii) Curso de mestrado e aperfeiçoamento

De 2003 a 2007, teve a seu cargo a regência das seguintes disciplinas:

1. Direito Comunitário Institucional II com o tema “*Justiça Comunitária e Direito da Concorrência*” (ano lectivo de 2003/2004).

2. Direitos Fundamentais, com o tema “*A protecção dos direitos fundamentais*” (ano lectivo de 2005/2006).

3. Contencioso da União Europeia, com o tema “*União Europeia e protecção dos direitos fundamentais – um modelo em construção de cooperação judicial (o «triálogo de juízes»)*” (ano lectivo de 2006/2007).

iii) Cursos de pós-graduação

No quadro dos cursos de pós-graduação organizados pelo Grupo de Ciências Jurídico-Políticas, deu continuidade à sua responsabilidade de regência da disciplina:

Direito Administrativo Europeu (Curso de Ciências Jurídico-Administrativas), nos anos lectivos de 2003/2004, 2005/2006 e 2006/2007.

§ 5º. Após a agregação

i) Curso de licenciatura

Na qualidade de professora associada com agregação, de 2007 até à data, assegurou a coordenação e regências das seguintes disciplinas:

1. Direito da União Europeia, nos anos lectivos de 2007/2008, 2008/2009, 2009/2010, 2010/2011, 2011/2012, 2012/2013, 2014/2015, 2015/2016 e 2016/2017.
2. Direito Internacional Público, nos anos lectivos de 2008/2009, 2009/2010, 2010/2011, 2011/2012, 2012/2013, 2014/2015, 2015/2016 e 2016/2017.
3. Contencioso da União Europeia, nos anos lectivos de 2015/2016 e 2016/2017.

ii) Curso de doutoramento

1. Direito Internacional Público I/II, com o tema “*Mecanismos de resolução de controvérsias internacionais – a judicialização do Direito Internacional*” (Especialidade Ciências Jurídico-Internacionais e Europeias, ano lectivo de 2009/2010).
2. Direitos Fundamentais I/II, com o tema “*Protecção dos direitos fundamentais no quadro europeu – da CEDH à Carta dos Direitos Fundamentais da União*”

Europeia” (Especialidade Ciências Jurídico-Políticas, ano lectivo de 2011/2012).

3. Direitos Fundamentais I/II, com o tema “*União Europeia e Direitos Fundamentais no quadro do modelo social europeu do Estado de Direito*” (Especialidade Ciências Jurídico-Políticas, ano lectivo de 2012/2013).
4. Direito Internacional Público I/II, com o tema: “*A ordem jurídica global e o papel dos tribunais internacionais*” (Especialidade Ciências Jurídico-Internacionais e Europeias, ano lectivo de 2014/2015).
5. Direitos Fundamentais I/II, com o tema: “*Europa e protecção dos direitos fundamentais – o primado do Direito e o perigo das ameaças globais*” (Especialidade Ciências Jurídico-Políticas, ano lectivo de 2016/2017).

iii) Curso de mestrado científico

1. Direito Internacional Público, com o tema “*A protecção internacional e europeia dos Direitos do Homem*” (ano lectivo de 2007/2008).
2. Contencioso da União Europeia I/II, com o tema “*Liberdades comunitárias e direitos fundamentais – uma tutela jurisdicional partilhada entre o Tribunal de Justiça e os tribunais dos Estados-membros*” (ano lectivo de 2008/2009).
3. Direito Internacional Público I/II, com o tema “*Mecanismos jurisdicionais e não jurisdicionais de resolução das controvérsias internacionais*” (ano lectivo de 2009/2010).
4. Contencioso da União Europeia I/II, com o tema “*O Tratado de Lisboa e a judicialização efectiva dos direitos dos particulares: adquirido jurisprudencial e perspectivas futuras*” (ano lectivo de 2010/ 2011).
5. Direito Constitucional I/II, com o tema “*Constituição Portuguesa como Lei Fundamental e os riscos da europeização*” (ano lectivo de 2011/2012).

6. Direito Internacional Público I/II, com o tema “*Direito Internacional Público – universalização, globalização e regionalização*” (ano lectivo de 2012/2013).
7. Direito Constitucional I/II, com o tema “*Garantia da Constituição, identidade constitucional e o diálogo entre juízes europeus*” (ano lectivo de 2014/2015).
8. Contencioso da União Europeia, com o tema: “*União Europeia e tutela jurisdicional efectiva*” (ano lectivo de 2016/2017).

iv) Curso de mestrado profissionalizante

1. Direito Administrativo da União Europeia, Curso de Direito Administrativo (anos lectivos de 2007/2008, 2008/2009, 2009/2010, 2010/2011, 2011/2012 e 2012/2013).
2. Contencioso da União Europeia, Curso de Ciências Jurídico-Forenses e Curso de Direito Administrativo (anos lectivos de 2008/2009, 2010/2011, 2014/2015, 2015/2016).

b) Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Desde 1986, integra o corpo docente do Instituto Europeu e leccionou no Curso de Pós-Graduação em Estudos Europeus, desde a sua primeira realização no ano de 1986-1987, as seguintes disciplinas:

1. Direito Comunitário Económico, na qualidade de colaboradora do Professor Doutor António de Sousa Franco.
2. Direito Comunitário Institucional, na qualidade de colaboradora do Professor Doutor Fausto de Quadros.

3. Contencioso Comunitário, primeiro na qualidade de colaboradora do Professor Doutor Fausto de Quadros, depois na qualidade de co-regente.

4. Contencioso da União Europeia, na qualidade de regente desde 1999.

Participou como conferencista nos Cursos de Verão e de pós-graduação organizados pelo Instituto Europeu, destacando-se:

- Direito Comunitário e Direito da Integração (Julho de 2000): “*A livre circulação de pessoas e o espaço Schengen*”.
- Direito Comunitário e Direito da Integração sobre os 50 anos de Integração Europeia (Julho de 2001): “*A União Europeia e os cidadãos de países terceiros*”.
- Direito Comunitário e Direito da Integração sobre a União Europeia e Portugal: a actualidade e o futuro (Julho de 2002): “*Regiões Autónomas e União Europeia*”.
- Direito Comunitário e Direito da Integração sobre Contencioso Comunitário (Julho de 2003): “*Contencioso de anulação e protecção dos direitos dos particulares*”.
- A integração europeia: das origens ao Tratado de Lisboa (Novembro de 2006 e 2007): “*O desenvolvimento das competências comunitárias e o Tratado da União Europeia*”.
- Direito da União Europeia sobre Contratos Públicos no Direito Comunitário e no Direito da União Europeia (Julho de 2004): “*O contencioso comunitário dos contratos públicos*”.
- A Constituição Europeia e Portugal – perspectivas jurídicas, económicas e políticas (Julho de 2005): “*Os tribunais portugueses e a integração europeia*”.
- A Directiva sobre a livre prestação de serviços (Bolkenstein) e a estratégia de Lisboa renovada (Julho de 2006): “*A Directiva Bolkestein e a protecção comunitária dos direitos sociais: cidadania da União ou cidadania de mercado?*”.

Continua a integrar o corpo docente do Instituto Europeu e a colaborar nos cursos de especialização e de pós-graduação mais recentes:

- O Direito da União Europeia em acção: a jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia com a disciplina de *Contencioso da União Europeia* (anos lectivos de 2011/2012 e 2012/2013).

c) Instituto de Estudos Superiores Militares

Integrou, entre 1997 e 2013, o corpo docente do Instituto de Altos Estudos Militares que deu lugar, na sequência da unificação do ensino universitário militar, ao Instituto de Estudos Superiores Militares que assegura a formação universitária de pós-graduação dos oficiais dos três ramos das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana.

Nesse período, coordenou e leccionou a disciplina de *Direito Internacional Público* nos seguintes cursos:

- Curso de Promoção a Oficial Superior (pós-graduação).
- Curso Complementar Naval de Guerra (pós-graduação).
- Curso de Estado Maior (mestrado).

d) Instituições privadas de ensino superior universitário

§ 1º. Instituto de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa

De 1990 a 2005, foi membro do corpo docente do Instituto de Estudos Europeus, com a responsabilidade da regência das disciplinas de *Noções Fundamentais de Direito Comunitário e Contencioso Comunitário* no Curso de pós-graduação. De 1999 a 2004, leccionou a disciplina de *Direito Administrativo Europeu* no Curso de Mestrado em Estudos Europeus.

§ 2º. Universidade Internacional (Departamento de Direito)

Nos anos lectivos de 1988/1989, 1989/1990 e 1990/1991, foi regente da disciplina de *Finanças Públicas II*.

Nos anos lectivos de 1998/1999 e 1999/2000, foi coordenadora e regente da disciplina de *Direito Internacional Público e Direito Comunitário*.

§ 3º. Universidade Moderna (Lisboa - Curso de Direito)

No ano lectivo de 2001/2002, leccionou, na qualidade de coordenadora e regente, a disciplina de *Direito Comunitário*.

B. Apoio pedagógico à função docente (publicação e disponibilização de lições e outros materiais didácticos actualizados)

1. "Direito Administrativo Europeu. Programa e bibliografia", in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, 2000, p. 409-415.
2. *Direito da União Europeia e das Comunidades Europeias*, Lisboa, Lex, 2001, vol. I, Tomo 1.
3. *Introdução ao Estudo do Direito. Sumários desenvolvidos*, Lisboa, AAFDL, 2003 (em 2010, foi publicada a 3.^a reimpressão).
4. *Contencioso Comunitário. Programa, conteúdos e métodos do ensino teórico e prático*, Lisboa, Principia, 2003.
5. *União Europeia e jurisprudência constitucional dos Estados-membros* (em co-autoria com Pedro Delgado Alves), Lisboa, AAFDL, 2003.

6. *Direito Administrativo da União Europeia – Relatório sobre o programa, conteúdos e métodos de ensino*, Coimbra Editora, 2008.
7. *Tratado de Lisboa* (colectânea dos tratados institutivos e outros textos do direito primário da União Europeia, em co-autoria com Carlos Alberto Lopes), Lisboa, 2008 (3.^a edição, 2013, revista e actualizada).
8. *União Europeia – estática e dinâmica da ordem jurídica eurocomunitária*, Coimbra, Almedina, 2011, vol. I.
9. *Direito Internacional Público e ordem jurídica global do século XXI*, Coimbra Editora, 2014.
10. *Direito Internacional Público e ordem jurídica global do século XXI*, Lisboa, AAFDL, 2016.
11. *Tratado de Lisboa* (em co-autoria com Rui Tavares Lanceiro), 4.^a ed., Lisboa, AAFDL, 2017.
12. *Direito do Contencioso da União Europeia*, Lisboa, AAFDL, 2017.

C. Participação em júris

a) Participação em júris de doutoramento e mestrado, na qualidade de arguente

1. Na Universidade Nova de Lisboa (Faculdade de Direito), integrou, como arguente, o júri de doutoramento do Mestre Francisco Pereira Coutinho que apresentou uma dissertação intitulada: “*Os tribunais nacionais na ordem jurídica comunitária: o caso português* (17 de Dezembro de 2009).

2. Na Universidade Técnica de Lisboa (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas), integrou, como arguente, o júri de doutoramento do Mestre António Pinto Pereira que apresentou uma dissertação intitulada: “*A diretiva comunitária*” (15 de Setembro de 2010).
3. Na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, integrou como arguente o júri de doutoramento da Mestre Maria Natália Gonçalves, com uma dissertação sobre o tema: “*O âmbito de vinculação da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*” (27 de Maio de 2015).
4. Na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, integrou como arguente o júri do Mestre Carlos Proença, com uma dissertação sobre o tema: “*Tutela jurisdicional efectiva no Direito da União Europeia. Dimensões teóricas e práticas*” (14 de Abril de 2016).
5. Na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, foi arguente nas seguintes provas de mestrado:
 - 5.1. Lic. Maria João Palma, com a dissertação “*Da invocação de normas de directivas comunitárias perante as jurisdições nacionais*” (10 de Julho de 1998).
 - 5.2. Lic. Flávio Marcondes Velloso, com a dissertação “*O Tribunal Internacional de Justiça*” (3 de Dezembro de 1998).
 - 5.3. Lic. Ana de Barros Tojal, com a dissertação “*A Europa de geometria variável no Direito Comunitário. Algumas considerações*” (19 de Janeiro de 1999).
 - 5.4. Lic. Luís Filipe de Melo e Silva, com a dissertação “*A solução federal para a União Europeia*” (29 de Junho de 1999).
 - 5.5. Lic. Sónia Teixeira, com a dissertação “*A protecção provisória dos direitos dos particulares pelos tribunais nacionais em aplicação do Direito Comunitário*” (8 de Julho de 1999).
 - 5.6. Lic. Patrícia Henriques Ribeiro, com a dissertação “*As relações entre o Direito Internacional e o Direito Interno – ordenamento brasileiro e normas do Mercosul*” (14 de Abril de 2000).

- 5.7. Lic. Wellington Campos, com a dissertação “*A inserção do Mercosul na orla internacional*” (25 de Setembro de 2000).
- 5.8. Lic. André Luís Ferreira, com a dissertação “*Superestados. A UE como paradigma nas relações internacionais do séc. XXI*” (6 de Abril de 2001).
- 5.9. Lic. João Arsénio de Oliveira, com a dissertação “*Debilidades da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*” (8 de Fevereiro de 2006).
6. Na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, foi arguente nas seguintes provas de mestrado:
- 6.1. Lic. Maria Luísa Verdelho, com a dissertação “*A responsabilidade do Estado por violação do Direito Comunitário*” (24 de Abril de 1999).
- 6.2. Lic. Celso Maran de Oliveira, com a dissertação “*Livre circulação de mercadorias e o Mercosul (processo comparativo com a União Europeia)*” (20 de Maio de 2000).
- 6.3. Lic. Carlos Pedro Marques Sobreira, com a dissertação “*A cooperação internacional e os limites da integração educativa na União Europeia*” (2 de Junho de 2001).
- 6.4. Lic. Mário Moreira Duarte, com a dissertação “*A política de ambiente da Comunidade Europeia e a educação ambiental em Portugal*” (18 de Maio de 2002).
- 6.5. Lic. Dulce Margarida de Jesus Lopes, com a dissertação “*O princípio da proporcionalidade no Direito Comunitário (uma perspectiva de controlo)*” (2 de Julho de 2004).
- 6.6. Lic. Maria Natália Gonçalves, com a dissertação “*«Civis europeus sum»? A vinculação dos Estados-membros às exigências que decorrem da protecção dos direitos fundamentais na ordem jurídica comunitária*” (16 de Julho de 2005).
- 6.7. Lic. Mariana Rodrigues Canotilho, com a dissertação “*O princípio do nível mais elevado de protecção em matéria de direitos fundamentais*” (22 de Dezembro de 2008).
7. Na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, foi arguente nas provas de mestrado do Lic. João Paulo Teixeira de Matos que apresentou

a dissertação “*A subsidiariedade como princípio fundamental da União Europeia*” (6 de Janeiro de 1999).

8. Na Universidade Técnica de Lisboa (Instituto Superior Técnico), integrou na qualidade de única arguente o júri de mestrado do Lic. Fernando Camano Garcia, com a dissertação “*A Política Comum de Transportes*” (1 de Junho de 1999).

b) Participação em júris de doutoramento e de mestrado, na qualidade de membro do júri

1. Na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, integrou o júri de doutoramento dos seguintes candidatos:

- 1.1. Mestre Maria José Rangel Mesquita que apresentou uma dissertação intitulada “*O poder sancionatório da União e das Comunidades Europeias sobre os Estados-membros*” (15 de Janeiro de 2005).

- 1.2. Mestre Miguel Moura e Silva que apresentou uma dissertação intitulada “*O abuso de posição dominante na nova economia*” (24 de Julho de 2009).

- 1.3. Mestre Edson Aguiar de Vasconcellos que apresentou uma dissertação intitulada “*Funcionalidade constitucional do Direito Constitucional da cidadania*” (1 de Junho de 2011).

- 1.4. Mestre João Mendes Pereira que apresentou uma dissertação intitulada “*Direito Comunitário Material e Integração Sub-Regional: contributo para o estudo das mutações no processo de integração económica e monetária da África Ocidental*” (29 de Abril de 2014).

- 1.5. Mestre João Hélio Ferreira Pes que apresentou uma dissertação intitulada: “*A fundamentalidade do direito de acesso à água potável*” (4 de Fevereiro de 2016).

2. Na Faculdade de Direito da Universidade Católica do Porto, integrou o júri de doutoramento da Mestre Maria Isabel Tavares que apresentou uma dissertação

intitulada “*De velhos ius al bellum e ius in bello a um novo ius post bellum? A intervenção militar de 2003 no Iraque*” (24 de Janeiro de 2013).

3. Na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, integrou o júri de doutoramento dos seguintes candidatos:

3.1. Mestre José dos Santos Mendonça que apresentou uma dissertação intitulada: “*Acesso equitativo ao Direito e à Justiça. A revelação jurisprudencial de uma direito fundamental*” (18 de Fevereiro de 2014).

3.2. Mestre José Avelino de Pina Delgado que apresentou uma dissertação intitulada: “*Regulando a guerra justa e o Imperialismo Civilizatório. Um Estudo Histórico e Jurídico sobre os desafios colocados ao Diireito Internacional e ao Direito Constitucional pelas intervenções humanitárias (unilaterais)*” (19 de Janeiro de 2017).

4. Na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, presidiu às seguintes provas de mestrado:

4.1. Lic. Amélia Lopes Cordeiro, com a dissertação “*A problemática da procriação medicamente assistida face ao ordenamento jurídico português e brasileiro*” (18 de Novembro de 2005).

4.2. Lic. Luís Filipe Simões Caldas, com a dissertação “*União Europeia e competências sancionatórias*”, que também orientou (13 de Maio de 2006).

4.3. Lic. Mariana de Sousa e Alvim, com a dissertação “*A tutela judicial provisória dos particulares no âmbito do Direito Comunitário*” (25 de Julho de 2007), que também orientou, distinguida com o Prémio Jacques Delors. Melhor Estudo Académico sobre temas comunitários 2008.

4.4. Lic. Rodrigo Leite, com a dissertação “*O princípio da tutela judicial efectiva e o controlo da legalidade no ordenamento jurídico comunitário*” (6 de Outubro de 2008).

4.5. Lic. Helena Maria de Medeiros Pacheco, com a dissertação “*As reservas aos tratados internacionais*” (21 de Maio de 2009), que também orientou.

- 4.6. Lic. Gianni Gomes Ferreira, com a dissertação “*Liberdade de expressão e o direito à imagem na Internet*” (22 de Maio de 2009), que também orientou.
- 4.7. Lic. Mónica Cardoso Salgado, com a dissertação “*A protecção de dados pessoais*” (30 de Junho de 2010), que também orientou.
- 4.8. Lic. Márcia Maria dos Santos, com a dissertação “*A navegação marítima e o exercício do direito de passagem inofensiva*” (20 de Julho de 2010).
- 4.9. Lic. Patrícia Ramos Santos, com a dissertação “*A protecção europeia da não discriminação em função da orientação sexual*” (21 de Julho de 2010), que também orientou.
- 4.10. Lic. Andreza Almeida Bezerra, com a dissertação “*União Europeia, cidadania e direitos fundamentais*” (31 de Maio de 2011), que também orientou.
- 4.11. Lic. Natasha Campos Barroso Rebello, com a dissertação “*Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: um novo desafio*” (20 de Julho de 2011).
- 4.12. Lic. Vera Lúcia Murta Miranda, com a dissertação “*Terceiro setor: a actividade administrativa de fomento impulsionado a ação das associações, como as ONG*” (27 de Junho de 2011), que também orientou.
- 4.13. Lic. Adriano Carlos Oliveira Silva, com a dissertação “*Incorporação dos tratados no sistema de direito positivo brasileiro*” (20 de Julho de 2011), que também orientou.
- 4.14. Lic. Júlia Pereira Chávez, com a dissertação “*A responsabilidade internacional ambiental por danos ambientais transfronteiriços*” (25 de Julho de 2011).
- 4.15. Lic. Thiago Maranhão Serrano, com a dissertação “*A educação ambiental: proposta para desenvolvimento humano crítico*” (13 de Março de 2012).
- 4.16. Lic. Tatiana Ferreira Malafaia, com a dissertação “*Tráfico internacional infantil: análise jurídico-internacional e comparada*” (16 de Julho de 2012), que também orientou.
- 4.17. Lic. Virgília Virgílio, com a dissertação “*Direitos e deveres do Estado Moçambicano na Zona Económica Exclusiva*” (27 de Julho de 2012).
- 4.18. Lic. Ana Gabriela Ferreira Rocha, com a dissertação “*Conceitos de direito europeu em matéria societária e fiscal: interpretação autónoma e pluralismo jurídico*” (18 de Dezembro de 2012).

- 4.19. Lic. Daniela Santos Moreira, com a dissertação “*Os Roms: vítimas de discriminação racial em França*” (14 de Janeiro de 2013).
- 4.20. Lic. Lianne Valença, com a dissertação “*A atuação das Nações Unidas nas controvérsias internacionais: os conflitos armados intraestaduais em especial*” (15 de Fevereiro de 2013).
- 4.21. Túlio Neiva Vaz, com a dissertação “*A internacionalização dos contratos entre Estados e empresas estrangeiras internacionais e a sua natureza jurídica*” (20 de Fevereiro de 2013).
- 4.22. Ana Catarina da Costa Gaspar, com a dissertação “*A tensão entre a protecção internacional dos Direitos do Homem e o comércio internacional*” (5 de Março de 2013).
- 4.23. Rivaldo Luiz Saraiva de Holanda, com a dissertação “*A integração económica no Mercosul, em particular a harmonização tributária e o IVA no Brasil*” (11 de Março de 2013).
- 4.24. Vanessa Lopes Vasconcelos, com a dissertação “*A Participação do Brasil no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas*” (18 de Abril de 2013).
- 4.25. Lic. Fernanda Ribeiro de Azevedo, com a dissertação “*A violência sexual à luz do Direito Internacional*” (24 de Maio de 2013).
- 4.26. Lic. Maria Carolina de Assis Nogueira, com a dissertação “*A questão dos apátridas e o papel da Organização das Nações Unidas na sua protecção*” (27 de Maio de 2013).
- 4.27. Lic. Geraldo Frago de Oliveira Júnior, com a dissertação “*O papel do Conselho de Segurança das Nações Unidas em face do terrorismo internacional*” (29 de Maio de 2013), que também orientou.
- 4.28. Lic. Renata Silveira Fernandes da Cunha, com a dissertação “*O regime de exploração da Área sob os auspícios da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar*” (3 de Junho de 2013).
- 4.29. Lic. Helena de Sá Cardassi, com a dissertação “*Direitos Humanos e Propriedade Industrial*” (4 de Junho de 2013).
- 4.30. Lic. José Carlos Lopes Nascimento, com a dissertação “*A convergência na pessoa humana de uma nova ordem internacional e o sinal da intervenção humanitária*” (18 de Junho de 2013).

- 4.31. Lic. Marcelo Caon Pereira, com a dissertação “*Críticas contemporâneas ao modelo da proibição do retrocesso social*” (30 de Setembro de 2013).
- 4.32. Lic. João Quinto Pereira, com a dissertação “*A liberdade de religião na jurisprudência do TEDH e notas sobre o caso brasileiro*” (7 de Outubro de 2013), que também orientou.
- 4.33. Lic. Ana Cristina da Fonseca Santos, com a dissertação “*Segurança privada, ultrapassando as fronteiras*” (4 de Novembro de 2013).
- 4.34. Lic. André Bretones, com a dissertação “*Os fluxos migratórios atuais: as respostas possíveis do DIP*” (20 de Janeiro de 2014).
- 4.35. Lic. Jaeder Ferraz Ferreira, com a dissertação “*A nova hermenêutica e sua projeção na interpretação constitucional hodierna*” (19 de Maio de 2014).
- 4.36. Denise Bernuci da Silva, com a dissertação “*A expressão da migração laboral nas relações internacionais e a sua dispersão no Direito Internacional*” (22 de Setembro de 2014).
- 4.37. Diana de Freitas Martins, com a dissertação “*Da integração europeia à Global Governance*” (2 de Dezembro de 2014).
- 4.38. Ana Rita da Costa Pereira, com a dissertação “*A responsabilidade internacional das e pelas Empresas Militares e de Segurança Privadas*” (5 de Dezembro de 2014).
- 4.39. Patrícia de Santana Medeiros, com a dissertação “*A paz liberal e o tortuoso caminho das democracias emergentes na nova ordem mundial*” (9 de Dezembro de 2014).
- 4.40. Lucas Souto Bolzan, com a dissertação, “*Restrições de direitos sociais no espaço normativo da União Europeia*” (15 de Dezembro de 2014), que também orientou.
- 4.41. Raquel Gruske Moro, com a dissertação “*Crianças-soldado: responsabilidade internacional pelo envolvimento de crianças em conflitos armados*” (26 de Janeiro de 2015).
- 4.42. Liliana da Fonseca Moura, com a dissertação “*O papel dos EUA no processo de paz entre Israel e a Palestina – de 1988 a 2000*” (9 de Fevereiro de 2015).
- 4.43. João Manuel Silva Baptista, com a dissertação “*A compatibilidade do Tratado orçamental com o Direito da União e o futuro da Europa*” (16 de Março de 2015), que também orientou.

- 4.44. Kelen Poltronieri Pereira, com a dissertação “*Mutações constitucionais. História e dogmática à luz da teoria estruturante do Direito*” (25 de Maio de 2015), que também orientou.
- 4.45. Percy Allan Thomas Aroncha, com a dissertação “*As sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos: formas de remédios aplicados, regime da sua execução e cumprimento pelos Estados condenados*” (22 de Junho de 2015).
- 4.46. Kateryna llechta, com a dissertação “*O papel da Comunidade de Estados independentes (CEI) no combate contra o terrorismo internacional*” (29 de Junho de 2015).
- 4.47. Núbia Macedo de Sousa, com a dissertação “*Relevância e efeitos da responsabilidade internacional por actos de pessoas colectivas particulares*” (14 de Julho de 2015).
- 4.48. Giovana Gonçalves de Souza, com a dissertação “*Limites internacionais à eficácia da jurisdição extraterritorial: com foco no direito da concorrência*” (20 de Julho de 2015).
- 4.49. Sílvia Mesquita Borges, com a dissertação “*A delimitação da plataforma continental além das 200 milhas*” (11 de Janeiro de 2016).
- 4.50. Giordano Grotto, com a dissertação “*A garantia pela ONU da observância do direito internacional*” (25 de Janeiro de 2016), que também orientou.
- 4.51. Cecília Galício Brandão, com a dissertação “*O princípio da segurança jurídica como paradigma do controlo da convencionalidade*” (15 de Fevereiro de 2016).
- 4.52. Marcela Rosa Abrahão, com a dissertação “*As restrições aos Direitos Fundamentais por acto normativo do poder executivo*” (22 de Fevereiro de 2016).
- 4.53. Flávia Bitar Coelho, com a dissertação “*Estado de necessidade como fundamento para incumprimento de dívida externa pública*” (4 de Março de 2016).
- 4.54. Liliane Filipa Mota Sanches, com a dissertação “*A União Europeia e a parceria com os países ACP – em especial, o caso de Cabo Verde*” (14 de Junho de 2016).

- 4.55. Daniela Costa Melo, com a dissertação “*A protecção dos direitos humanos da mulher no sistema interamericano e o papel do Brasil*” (23 de Junho de 2016).
- 4.56. Débora Nunes de Miranda, com a dissertação “*As Convenções da Organização Internacional do Trabalho sobre trabalho marítimo e as suas influências na legislação brasileira*” (15 de Julho de 2016).
- 4.57. Rebeca Oliveira Lopes, com a dissertação “*O papel da jurisprudência internacional no desenvolvimento de um direito ao meio ambiente saudável*” (27 de Setembro de 2016).
- 4.58. Bruno Tabaio, com a dissertação “*A tutela jurisdicional do destinatário da sanção pecuniária compulsória no direito processual administrativo*” (23 de Novembro de 2016).
5. Ainda na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, participou na qualidade de orientadora nas seguintes provas:
- 5.1. Lic. Ana Silva Calhau, com a dissertação “*Cooperações reforçadas – a terceira via na construção europeia?*” (3 de Julho de 2003).
- 5.2. Lic. Rita Leandro Vasconcelos, com a dissertação “*O Direito Comunitário da concorrência no sector da energia*” (22 de Junho de 2004).
- 5.3. Lic. Wanda Ferraz de Brito, com a dissertação “*O princípio da subsidiariedade e a política económica da UEM*” (6 de Julho de 2004).
- 5.4. Lic. Sérgio Bruno Cerveira Direito, com a dissertação “*A figura do advogado-geral no Contencioso Comunitário*” (20 de Fevereiro de 2006).
- 5.5. Lic. Luís Pinto Monteiro, com a dissertação “*Da recusa a licenciar direitos de propriedade intelectual por empresas em posição dominante no Direito Comunitário da Concorrência*” (6 de Novembro de 2007).
- 5.6. Lic. Marisa Quaresma dos Reis, com a dissertação “*Direito Internacional, Direitos Humanos e Justiça Intergeracional. A protecção jurídica das gerações futuras*” (5 de Maio de 2011).
- 5.7. Lic. Gustavo Tramuja, com a dissertação “*A cidadania da União e os nacionais de países terceiros*” (29 de Setembro de 2011).

6. No Instituto de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa participou na qualidade de orientadora nas seguintes provas de mestrado:

6.1. Lic. Maria Margarida Telles Romão, com a dissertação “*Liberdade e vinculação na administração comunitária*” (30 de Julho de 2000).

6.2. Lic. Gabriel Goucha, com a dissertação “*O direito de ingerência humanitário. Uma reflexão sobre o direito de ingerência humanitária no espaço da União Europeia*” (3 de Fevereiro de 2001).

6.3. Lic. Eduardo Maia Cadete, com a dissertação “*O artigo 86º do Tratado CE*” (20 de Dezembro de 2003).

6.4. Lic. Maria Inês de Sousa Santos, com a dissertação “*A avaliação do impacto ambiental no Direito Comunitário do Ambiente*” (28 de Julho de 2004).

7. Também na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, integrou na qualidade de vogal as seguintes provas:

7.1. Lic. Alexandra Caiado, com a dissertação “*Resolução ou modificação do contrato por alteração das circunstâncias*” (23 de Julho de 1998).

7.2. Lic. Adelaide Menezes Leitão, com a dissertação “*Contributos sobre a ilicitude e o concurso na concorrência desleal*” (12 de Novembro de 1998).

7.3. Lic. Maria Margarida Rei, com a dissertação “*As relações com os países terceiros no sistema comunitário e o GATS*” (17 de Julho de 1999).

7.4. Lic. Maria de Lurdes Vargas, com a dissertação “*A coligação internacional de sociedade*” (22 de Outubro de 1999).

7.5. Lic. Eduardo Nunes Campos, com a dissertação “*O lugar do cidadão nos processos de integração. O déficite social da Comunidade Europeia e do Mercosul*” (em 20 de Abril de 2001).

7.6. Lic. Elísio Maia, com a dissertação “*Armas nucleares e Direito Internacional. O Parecer consultivo do TIJ de 8 de Julho de 1996*” (19 de Abril de 2002).

7.7. Lic. Natália Leite, com a dissertação “*O Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias e a acção por omissão*” (24 de Julho de 2002).

- 7.8. Lic. Ana Silva Dantas, com a dissertação “*O pátrio poder e a pessoa do filho no Direito Brasileiro*” (30 de Setembro de 2002).
- 7.9. Lic. Isabelle Carneiro Santos, com a dissertação “*A participação do Brasil no programa de paz das Nações Unidas*” (16 de Maio de 2003).
- 7.10. Lic. Alexandre Toscanelli de Oliveira, com a dissertação “*O regulamento comunitário relativo aos processos de insolvência*” (30 de Outubro de 2003).
- 7.11. Lic. Marina Esteves Lopes, com a dissertação “*Principais instrumentos processuais de tutela civil do meio ambiente no Brasil*” (21 de Janeiro de 2005).
- 7.12. Lic. Luísa Cotrim Santos, com a dissertação “*A protecção do trabalhador migrante em Direito Internacional*” (23 de Fevereiro de 2005).
- 7.13. Lic. Sofia Tomé d’Alte, com a dissertação “*A nova configuração do sector empresarial do Estado, a empresarialização dos serviços públicos e o direito comunitário*” (13 de Fevereiro de 2006).
- 7.14. Lic. Robert C. Gericke, com a dissertação “*Contributo para o estudo do princípio da igualdade no Direito Internacional Público*” (20 de Junho de 2006).
- 7.15. Lic. Mauro Pinto de Souza, com a dissertação “*Direito da Concorrência no Mercosul*” (14 de Fevereiro de 2007).
- 7.16. Lic. João Pateira Ferreira, com a dissertação “*A União Económica Monetária e a disciplina das finanças públicas*” (5 de Julho de 2007).
- 7.17. Lic. Susana Godinho Maltez, com a dissertação “*Justiça da arbitragem transnacional versus normas internacionais imperativas*” (26 de Julho de 2007).
- 7.18. Lic. João Cumbo, com a dissertação “*A transferência da empresa e alteração do local de trabalho*” (19 de Junho de 2008).
- 7.19. Lic. Françoise Padilha Vaillant, com a dissertação “*Políticas de imigração na União Europeia*” (25 de Junho de 2009).
- 7.20. Lic. Thiago Berrenguer, com a dissertação “*Direito de ingresso e o acesso ao emprego pelo estrangeiro: um estatuto comparativo entre Brasil e Portugal*” (26 de Maio de 2011).
- 7.21. Lic. Christiane Helena Lima, com a dissertação “*A relevância institucional do Parlamento do Mercosul*” (22 de Junho de 2011).

- 7.22. Lic. Patrícia da Silva Inácio, com a dissertação “*Relação entre a livre circulação de capitais e a liberdade de estabelecimento: um elefante numa loja de cristais*” (28 de Maio de 2012).
- 7.23. Lic. Ronaldo Viana Gotschalg, com a dissertação “*O Conselho de Defesa sul-americano como instrumento das Nações Unidas nas operações de paz*” (4 de Junho de 2012).
- 7.24. Lic. Sabrina Batista Barroso da Silva, com a dissertação “*A Convenção de Haia de 1993 e a problemática da adoção internacional no Brasil*” (25 de Junho de 2012).
- 7.25. Lic. Maria Teresa Barros Ferreira, com a dissertação “*Confrontos e encontros entre o Direito Penal da União Europeia e a Constituição Penal Portuguesa*” (6 de Fevereiro de 2014).
- 7.26. Lic. Mariana Pinto Ramos, com a dissertação “*A negociação colectiva na União Europeia*” (26 de Março de 2014).
8. Na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, integrou o júri de provas de mestrado da Lic. Maria Cecília Andrade Santos, com a dissertação “*Controlo de concentração de empresas*” (22 de Julho de 2002).
9. Na Faculdade de Direito da Universidade Católica integrou o júri de provas de mestrado da Lic. Amparo Sereno Rosado, com a dissertação “*Recursos hídricos internacionais luso-espanhóis*” (30 de Junho de 2000).

c) Outros júris

1. Na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, integrou o júri de concurso para recrutamento de um posto de trabalho de professor auxiliar na área disciplinar de Direito Público (v. Edital n.º 520/2014, de 9 de Junho de 2014, D.R., 2.ª série, n.º 115, 18.06.2014), tendo, igualmente, integrado o júri nomeado para recrutamento de um outro posto de trabalho de professor auxiliar na mesma área disciplinar de Direito Público (v. Edital n.º 863/2014, de 16 de Setembro de 2014, D.R., 2.ª série, n.º 183, 23.09.2014).

2. No Ministério dos Negócios Estrangeiros, integrou como especialista na área de Direito Internacional e Direito da União Europeia o júri do concurso para adidos em 2015, convite que foi renovado para o concurso aberto em 2017.

D. Participação na formação do pessoal docente

A candidata contribuiu, directa e activamente, para a formação do corpo docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa através das seguintes principais actividades:

1. Regência e leccionação de disciplinas de pós-graduação, de mestrado e de doutoramento, tendo como alunos licenciados e mestres em Direito que eram assistentes e monitores em funções docentes na Faculdade de Direito ou que, concluídos os seus trabalhos de graduação, foram depois contratados para exercer essas funções.
2. Orientação de dissertações de doutoramento e de mestrado propostas por assistentes e monitores contratados pela Faculdade de Direito.
3. Participação em júris de doutoramento e de mestrado, incluindo na qualidade de arguente, constituídos para apreciar as respectivas dissertações apresentadas por assistentes e monitores contratados pela Faculdade de Direito.
4. Após o doutoramento, a candidata assegurou a regência no curso de licenciatura de várias disciplinas: 1) **Direito Comunitário I**, designada **Direito da União Europeia** após 2007 (do ano de 1997/1998 até ao presente ano lectivo de 2016/2017, apenas interrompida nos anos de licença sabática; 2) **Direito Comunitário II** (do ano lectivo de 1997/1998 ao ano lectivo de 2002/2003; 3) **Direito Internacional Público** (do ano lectivo de 2001/2001 até ao presente ano lectivo de 2016/2017, apenas interrompida nos anos de licença sabática; 4) **Introdução ao Estudo do Direito** (do ano lectivo de 2002/2003 ao ano lectivo de 2003/2004); 5) **Relações Internacionais** (anos lectivos de

2003/2004 e 2006/2007); 6) **Direito Constitucional III** (ano lectivo de 2005/2006); 7) **Direitos Fundamentais** (ano lectivo de 2005/2006).

No exercício das funções de regência de todas estas disciplinas, a candidata teve a colaboração de assistentes e de assistentes-estagiários que, no respeito das suas obrigações académicas, orientou, coordenou e supervisionou no desenvolvimento das tarefas de docência das aulas práticas e de participação no processo de avaliação dos alunos. A candidata sempre entendeu esta forma de acompanhamento do trabalho dos seus colaboradores no contexto de um processo de transmissão de experiência científica e didáctica dos “mais antigos” para os “mais novos”, assim replicando um modelo de ensino e de boas práticas profissionais de docência que é tradição na Faculdade de Direito da Univeridade de Lisboa.

5. Na qualidade de professora, por indicação do decano ou presidente do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas, a candidata participou em vários júris de recrutamento de assistentes-estagiários e de assistentes convidados, destacando-se a participação mais recente nos júris constituídos para apreciar as candidaturas no procedimento concursal para assistente convidado em Outubro de 2012, Julho de 2015 e Setembro de 2016.

E. Dedicção e qualidade das actividades profissionais relacionadas com a docência

1. Ao longo de vinte e seis anos, desde 1986, ano da sua contratação como assistente-estagiária pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa até ao presente ano lectivo, a candidata assegurou, com estabilidade e continuidade, o ensino de quase todas as disciplinas integradas na área das Ciências Jurídico-Políticas. No seu já longo percurso profissional, para além do ensino do Direito, a candidata repartiu por outras actividades os seus conhecimentos e competências como juspublicista. Sem prejuízo do gosto e do empenho que dedicou às actividades profissionais fora do contexto estrito da Universidade, a candidata orientou as suas prioridades de trabalho e de investigação para o desenvolvimento e aprofundamento do seu percurso académico, tendo sempre em consideração as

exigências relacionadas com a docência de disciplinas que lhe foram confiadas por imperativo institucional ou que, por opção científica e académica, esperava vir a leccionar.

2. A candidata estendeu a sua actividade de docência fora dos limites da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, seja por aceitação de convite individual (Instituto de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa, Universidade Internacional, Universidade Moderna) seja por aceitação de convite de base institucional, enquadrado por um acordo de colaboração entre a Faculdade de Direito e o Instituto de Estudos Superiores Militares, de 1997 a 2013.
3. A candidata dedicou uma parte muito significativa das suas publicações ao objectivo de apoiar e orientar a função de docência, de modo a proporcionar aos alunos elementos úteis e actualizados de estudo [v. *supra I. B. a)* e, especialmente, *II.B.*].

III. ACTIVIDADES TAMBÉM RELEVANTES PARA A MISSÃO DA UNIVERSIDADE

A. Exercício de cargos e funções académicas

a) Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

1. Entre 1999 e 2001, foi membro eleito do Conselho Pedagógico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
2. Nomeada pelo Conselho Directivo, representou em 1999 a Faculdade de Direito na Comissão ad-hoc criada pela Reitoria da Universidade de Lisboa para estudar a repartição e a aplicação das verbas enquadradas pelo contrato de qualidade.
3. Nomeada pelo Conselho Científico, foi presidente do júri dos exames ad hoc realizados no ano lectivo de 2000/2001.

4. De Maio de 2001 a Maio de 2004, integrou a Comissão Permanente do Conselho Científico, na qualidade de representante do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas.
5. De Janeiro de 2004 a Julho de 2004, exerceu as funções de Vice-Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sob a presidência do Professor Doutor António de Sousa Franco.
6. Desde 1997 até Janeiro de 2016, de modo ininterrupto, integrou na qualidade de membro efectivo o Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

b) Universidade de Lisboa

1. Exerceu funções de pró-reitora da Universidade de Lisboa, no período compreendido entre Maio de 2006 e Maio de 2009, integrada na equipa reitoral presidida pelo Professor Doutor António Sampaio da Nóvoa.
2. Membro do Conselho Geral da Universidade de Lisboa (2012/2013).
3. Membro da Assembleia Estatutária que, nos termos do Decreto-Lei n.º 266-E/2012, de 31 de Dezembro, elaborou e aprovou os estatutos da Universidade de Lisboa, resultante da fusão entre a Universidade (dita, Clássica) de Lisboa e a Universidade Técnica de Lisboa (Janeiro a Abril de 2013).

c) Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Membro efectivo do ICJP, desde a sua criação em 2003, integra, desde Junho de 2014, a presidência do Instituto, na qualidade de vice-presidente.

d) Centro de Investigação de Direito Público (ICJP/FDUL)

Participou na criação do CIDP em 2012, avaliado com a classificação de Muito Bom em Dezembro de 2014. Integra o CIDP como Investigadora-Principal, exercendo responsabilidades específicas como membro da Comissão Coordenadora Científica e coordenadora do Grupo de Investigação dedicado ao Direito Internacional e Europeu.

e) Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

1. Entre 1999 e 2006, integrou na qualidade de vogal a Direcção do Instituto Europeu.
2. No triénio de 2009-2011, exerceu as funções de presidente do Conselho Fiscal.

f) Instituto de Estudos Superiores Militares

De 2010 a 2013, integrou na qualidade de membro nomeado o Conselho Científico e o Conselho Pedagógico desta instituição do ensino universitário militar.

B. Outras actividades consideradas relevantes para a missão do ensino e da investigação

1. Desde 1985, trabalha como jurisperita solicitada por entidades públicas e privadas nas áreas específicas do Direito Comunitário, Direito Internacional Público, Direito Constitucional e Direito Regional.
2. Exerceu, entre 1987 e 2016, a função de consultora jurídica da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários (Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus), com intervenção específica sobre matérias de Direito Constitucional e Direito

Internacional Público relacionadas com as questões jurídicas da integração europeia.

3. Na qualidade de agente da República Portuguesa ou de consultora de empresas privadas, elaborou as peças escritas e apresentou as alegações orais em numerosos processos junto do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias (após o Tratado de Lisboa, **Tribunal de Justiça e Tribunal Geral da União Europeia**). Em virtude da sua importância no contexto da jurisprudência comunitária, destacam-se os seguintes:

- 3.1. Proc. 9/88, caso *Lopes da Veiga* Acórdão do Tribunal de Justiça de 27 de Setembro de 1989.
- 3.2. Proc. C-113/89, caso *Rush Portuguesa*, Acórdão do Tribunal de Justiça de 27 de Março de 1990.
- 3.3. Proc. C-348/89, caso *Macanarte*, Acórdão do Tribunal de Justiça de 27 de Julho de 1991.
- 3.4. Proc. C-343/90, caso *Lourenço Dias*, Acórdão do Tribunal de Justiça de 16 de Julho de 1992.
- 3.5. Parecer 1/94 do Tribunal de Justiça sobre a competência da Comunidade para concluir acordos internacionais em matéria de serviços e de protecção da propriedade intelectual, de 15 de Novembro de 1994 (alegações de intervenção).
- 3.6. Proc. C-268/94, caso *República Portuguesa c. Conselho*, Acórdão do Tribunal de Justiça de 3 de Dezembro de 1996 (em colaboração com o Professor Doutor João Mota de Campos).
- 3.7. Proc. C-280/93, caso *R. F. Alemanha c. Conselho* (Bananas), Despacho do Tribunal de Justiça de 29 de Junho de 1993 e Acórdão do mesmo Tribunal de 5 de Outubro de 1994.
- 3.8. Parecer 2/94 do Tribunal de Justiça sobre a adesão da Comunidade à Convenção Europeia dos Direitos do Homem de 28 de Março de 1996 (alegações de intervenção).
- 3.9. Proc. C-159/96, caso *República Portuguesa c. Comissão*, Acórdão do Tribunal de Justiça de 19 de Novembro de 1998.

- 3.10.** Proc. T-46/97, caso *SIC c. Comissão* (financiamento das televisões públicas), Acórdão do Tribunal de Primeira Instância de 10 de Maio de 2000 (alegações de intervenção).
- 3.11.** Proc. C-62/98, *Comissão c. Portugal*, Acórdão do Tribunal de Justiça de 4 de Julho de 2000.
- 3.12.** Procs. C-391/99 e C-509/99, caso *República Portuguesa c. Comissão*, caso *Champalimaud / BSCH* (em colaboração com o Dr. Miguel Galvão Teles e o Dr. Mário Marques Mendes).
- 3.13.** Proc. C-282/00, caso *SINAGA*, Acórdão do Tribunal de Justiça de 15 de Maio de 2003 (em colaboração com o Dr. Mário Marques Mendes).
- 3.14.** Procs. apensos T-217/99, T-321/00, T222/01, caso *SINAGA c. Comissão*, Acórdão do Tribunal de Primeira Instância de 13 de Setembro de 2006 (em colaboração com o Dr. Mário Marques Mendes).
- 3.15.** Proc. C-440/05, caso *Comissão c. Conselho* (alegações de intervenção – competência penal da Comunidade Europeia), Acórdão do Tribunal de Justiça de 23 de Outubro de 2007.
- 3.16.** Proc. C-42/07, caso *BAW* (jogos online), Acórdão do Tribunal de Justiça de 8 de Setembro de 2009.
- 3.17.** Parecer 1/09 do Tribunal de Justiça (alegações de intervenção – patente e competência da União Europeia), de 8 de Março de 2011.
- 3.18.** Proc. C-255/09, caso *despesas médicas*, Acórdão do Tribunal de Justiça de 27 de Outubro de 2011.
- 3.19.** Proc. C-28/12, *Comissão c. Conselho*, Acórdão do Tribunal de Justiça de 28 de Abril de 2015 (alegações de intervenção – *transporte aéreo e procedimento de acordo misto*).
- 3.20.** Parecer 2/2013, de 18 de Dezembro de 2014 (observações escritas da República Portuguesa – sobre a compatibilidade do projecto de acordo de adesão da União Europeia à Convenção Europeia dos Direitos do Homem com os tratados institutivos).
- 3.21.** Proc. C- 62/14, caso *Gauweiler e outros / Deustcher Bundestag*, Acórdão do Tribunal de Justiça de 16 de Junho de 2015 (compatibilidade com os Tratados do programa OMT, medidas não convencionais de política monetária do BCE).
- 3.22.** Procs. C-132/14 a C-136/14, *PE e Comissão Europeia c. Conselho da EU*, caso *Maiote*, Acórdão do Tribunal de Justiça de 10 de Dezembro de 2015

(base jurídica de medidas aplicáveis às regiões ultraperiféricas) (alegações de intervenção).

3.23. Proc. C-389/15, *Comissão c. Conselho* (base jurídica de aprovação de acordos internacionais em matéria de propriedade intelectual) (ainda pendente).

3.24. Proc. C-626/15, *Comissão c. Conselho* (competência internacional da União no domínio da conservação dos recursos biológicos do mar) (ainda pendente).

4. Entre 1990 e 1995, exerceu funções como assessora dos advogados da República Portuguesa na acção relativa a Timor-Leste, instaurada contra a Austrália junto do **Tribunal Internacional de Justiça**. Nesta qualidade, integrou a delegação portuguesa presente durante a fase das audiências públicas de julgamento realizadas em Haia, de 30 de Janeiro a 16 de Fevereiro de 1995.

5. Assegurou no Instituto de Estudos Superiores Militares, desde 1997 e de forma ininterrupta até 2013, o ensino do Direito Internacional Público, contribuindo para a formação contínua e específica dos oficiais das Forças Armadas em domínios fundamentais da juridicidade internacional e europeia. A partir de 2009, esta colaboração foi prestada ao abrigo de um protocolo de cooperação celebrado entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e o Instituto de Estudos Superiores Militares.

ÍNDICE

Notas pessoais	2
I. Desempenho científico	3
A. Formação académica	3
a) Graus e títulos académicos	3
b) Funções académicas	5
B. Qualidade e difusão dos resultados da actividade de investigação.....	6
a) Obra publicada	6
§ 1º. Livros (monografias, manuais e colectâneas de estudos).....	6
§ 2º. Artigos publicados em revistas científicas periódicas, como autora ou co-autora.....	8
§ 3º. Artigos e capítulos publicados em obras colectivas, como autora ou co-autora.....	12
§ 4º. Outras publicações.....	18
b) Organização de conferências e cursos de pós-graduação.....	19
c) Participação como oradora convidada em congressos, conferências e seminários de natureza científica.....	20
d) Actividades de difusão e de divulgação da ciência.....	29
§ 1º. Coordenação de obras	29

§ 2º. Apresentação de livros.....	31
e) Outras actividades e distinções de relevo científico	32
C. Orientações de trabalhos académicos.....	32
a) Pós-doutoramento e teses de doutoramento.....	32
b) Dissertações de mestrado.....	34
§ 1º. Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa	34
§ 2º. Instituto de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa....	38
§ 3º. Escola de Direito da Universidade do Minho.....	39
II. Desempenho pedagógico.....	39
A. Funções docentes.....	39
a) Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa	39
§ 1º. Antes da licenciatura.....	39
§ 2º. Após a licenciatura.....	40
§ 3º. Após o mestrado.....	40
§ 4º. Após o doutoramento.....	41
- Na qualidade de professora auxiliar.....	41
i) Curso de licenciatura.....	41
ii) Curso de mestrado e aperfeiçoamento.....	41
iii) Cursos de pós-graduação.....	42
i) Curso de licenciatura.....	42
ii) Curso de mestrado e aperfeiçoamento.....	42
iii) Cursos de pós-graduação.....	43

§ 5º. Após a agregação.....	43
i) Curso de licenciatura.....	43
ii) Curso de doutoramento.....	44
iii) Curso de mestrado científico.....	44
iv) Curso de mestrado profissionalizante.....	45
b) Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.....	46
c) Instituto de Estudos Superiores Militares.....	47
d) Instituições privadas de ensino superior universitário.....	48
§ 1º. Instituto de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa....	48
§ 2º. Universidade Internacional (Departamento de Direito).....	48
§ 3º. Universidade Moderna (Lisboa – Curso de Direito).....	48
B. Apoio pedagógico à função docente (publicações e disponibilização de lições e outros materiais didácticos actualizados.....	48
C. Participação em júris.....	50
a) Participação em júris de doutoramento e de mestrado, na qualidade de arguente.....	50
b) Participação em júris de doutoramento e de mestrado, na qualidade de membro do júri.....	52
c) Outros júris.....	62
D. Participação na formação do pessoal docente.....	62
E. Dedicção e qualidade das actividades profissionais relacionadas com a docência.....	64

III. Actividades também relevantes para a missão da Universidade	65
A. Exercício de cargos e funções académicas	65
a) Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa	65
b) Universidade de Lisboa	65
c) Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa	66
d) Centro de Investigação de Direito Público (ICJP/FDUL)	66
e) Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa	66
f) Instituto de Estudos Superiores Militares	67
B. Outras actividades consideradas relevantes para a missão do ensino e da investigação	67